

ênfoque O Livro Didático: Velho Tema, Revisitado
Marisa Lajolo

pontos de vista A Questão do Livro Didático
Luiz Felipe Perret Serpa

O Livro Didático de Estudos Sociais e a Concepção de Cidadania
Eloisa de Mattos Höfling



resenhas O Cotidiano do Livro Didático na Escola: as Características do Livro Didático
e os Alunos
Lúcia Maria Moraes Moysés

O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil
Barbara Freitag et alii

bibliografia O Livro Didático

painel Notícias Educacionais

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O LIVRO DIDÁTICO: VELHO TEMA, REVISITADO

Marisa Lajolo*

Eu nasci aqui no mato
Vivi sempre a trabaíá,
Neste meu pobre recato,
Eu não pude estudá.
No verdô de minha idade
Só tive a felicidade
De dá um pequeno ensaio
In dois livro do iscritô,
O famoso professô
Filisberto de Carvaio.

No primero livro havia
Belas figuras na capa,
E no começo se lia:
A pá, o dedo do Papa,
Papa, pia, dedo, dado,
Pua, o pote de melado,
Da-me o dado, a fera é má
E tantas coisas bonita
Qui o meu coração parpita
Quando eu pega a rescordá.

Foi os livro de valô
Mais maió que vi no mundo,
Apenas daquele autô
Li o premero e o segundo;
Mas, porém, esta leitura,
Me tirô da treva escura,
Mostrando o caminho certo,
Bastante me protegeu;
Eu juro que Jesus deu
Sarvação a Felisberto.¹

Será que ainda dá para discutir o livro didático sem enrubescer? E se acaso for possível evitar o rubor de quem escreve sobre o assunto, será possível não fazer enrubescer aos pálidos e impávidos leitores?

Talvez não seja.

Talvez até o papel enrubesça palidamente, ao dar-se conta da redundância do tema ou, o que é pior, da inoperância da discussão.

Salvo momentos de lirismo escancarado, como o da epígrafe, em que Patativa do Assaré nos faz reencontrar, através de seus versos, pedaços de uma infância idealizada, já faz algum tempo que quem olha para o livro didático não gosta do que vê. E, em não gostando, se tem acesso à letra impressa ou a qualquer tipo de audiência, toma da pena ou do microfone, e sai por aí trombeteando críticas.

No que tem toda razão.

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e atualmente professora do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.

1 ASSARÉ, Patativa do. Aos poetas clássicos. In: .. Cante lá que eu canto cá. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1978. p.17-8.

.. Cante lá que eu canto

Por isso, talvez, pareça que tudo já foi dito, e que o rubor e o tédio são inevitáveis.

Pois quem não sabe que o livro didático contém incorreções graves quanto aos conteúdos que veicula, que reforça ideologias conservadoras, que subestima a inteligência de seu leitor/usuário, que aliena o professor de sua tarefa docente, que - no caso dos livros de Comunicação e Expressão - pirateia textos sem propagar direitos autorais, que direciona a leitura, que barateia a noção de compreensão e de interpretação, e muitos **quês** e muitos etcéteras que, quem é freguês do assunto, conhece bem?

Parece que todos sabem.

E se esse saber é tão universal, não seria mais sensato depor a pena (desligar a máquina seria uma metáfora mais condizente com a pós-modernidade nossa...) ou mudar de assunto?

Talvez fosse-

Mas vou correr o risco de ficar corada e até aumentar a chance de enrubescer, declarando a intenção de desenvolver o tema de forma enviesada, com o que espero poupar - ao menos aos leitores - o dissabor de um café requentado que este, sim, provoca sempre rubores da mais justa ira.

À explicitação de minhas intenções, segue-se o endosso de muitos dos que me precederam desenvolvendo versões variadas do tópico **O livro didático e...**, ficando o preenchimento das reticências por conta da imaginação do leitor. Qualquer que seja o termo que as preencha, não há dúvida de que conclusões possíveis e até mesmo inevitáveis são as já mencionadas de que o livro didático é de baixíssima qualidade, que endossa e faz circular ideologias conservadoras, quequerequequês....

Conclusões, para mim, acertadíssimas. Assino embaixo.

Uma vez estabelecido este acordo inicial, amplo e irrestrito, convém hierarquizar minhas alianças: pois é claro que entre os que me precederam,

há aqueles com os quais concordo mais, e aqueles com os quais concordo menos.

Dentre aqueles com quem concordo muito, em gênero, número e grau destaque grande para **A Política do Livro Didático**, de João Batista Araújo e Oliveira, Sônia Dantas Pinto Guimarães e Helena Maria Bousquet Bomény.²

Trata-se, como se vê, de uma obra escrita a muitas mãos que, ao arregaçarem as mangas para darem conta do recado, não pouparam fôlego próprio nem calos alheios. Ao analisar a política que envolve o livro didático, ao acompanhar os diferentes desdobramentos, feições e práticas desta política ao longo dos anos, o texto final consegue inserir o livro didático no único contexto que permite perceber corretamente seu perfil complexo, multifacetado, sutil e ambíguo. Contexto sem o qual qualquer discussão sobre ele - livro didático - perde o sentido, apesar das intenções melhores ou piores que a inspiram.

Talvez, porque este livro fira a corda correta, qual seja, a da **política do livro didático**, ele teve uma carreira comercial muito menos espetacular do que outros, que caçam bruxos e bruxas com fogos de artifício. Ir, afinal, na pista das diferentes políticas que desemboca(ra)m no rendoso beco dos livros escolares na história da educação brasileira mais recente, é um cardápio que pode parecer indigesto para um público habituado a dietas mais leves.

Mas, como preciso deste livro para dar o meu recado, tenham paciência os meus leitores e saibam que nele se encontram informações e idéias da mais alta importância.

Passo agora a enumerar algumas delas, ressaltando, no meu direito de leitora que interpreta, o direito dos autores de discordarem da leitura que fiz de seu livro.

2 OLIVEIRA, João Batista Araújo et alii. **A política do livro didático**. São Paulo, Summus, Campinas, EDUNICAMP, 1984.

Aprende-se lá, por exemplo, que Comenius já falava do livro didático; que este "gênero" representa uma fatia bastante considerável dos livros produzidos e consumidos no nosso País; que datam do Brasil de 1938 os primeiros esforços pela centralização das providências relativas ao livro de escola; que inúmeras instâncias federais e estaduais já montaram comissões para discuti-lo (CNLD, CELD, COLTED, INL, FENAME, FLE são algumas das siglas envolvidas); que os escândalos no setor são mais a norma que a exceção; e que, na ciranda de tantas discussões sempre recomeçadas, já houve, inclusive, espaço e tempo para vozes de bom senso que disseram que, com professores capazes, a rejeição dos maus títulos seria espontânea.

O livro se encerra propondo alguns itens para o prosseguimento do debate; dentre eles, destaco a oposição centralização/descentralização e a necessidade de envolvimento dos professores em todas as instâncias da questão, uma vez que, como bem dizem os autores, "não há decreto, lei ou supervisão que obrigue um professor a usar um livro ou material com o qual não esteja à vontade, e, em grande parte, de cuja decisão de adoção não tenha participado".³

É por permitir, fundamentadamente, centrar no professor a questão do livro didático, que tomo a liberdade de ir de carona neste texto - repito - fundamental, de João Batista Araújo e Oliveira, Sônia Dantas Pinto Guimarães e Helena Maria Bousquet Bomêny.

Pois o que tenho a dizer retoma isso.

Face à antigüidade e ao descompasso da música que rege a dança do livro didático, os pecados acadêmicos perdem o realce e empalidecem de modéstia. Pois o escândalo de enfiar goela abaixo cinqüenta mil livros indesejados dos professores é muito mais sério do que escrever passarinho com cê cedilha, definir sujeito como quem responde a pergunta quem? feita ao verbo, ou salpicar um **houveram** para dar conta da existência de homens ilustres no friso da pátria. Tudo isso é café pequeno: nonadas, como diz mestre Guima, no início do **Grande Sertão**.

³ Idem, ibidem, p. 130.

Os cinqüenta mil sim, é que são um caso sério: tão sério que, acaba indigesto; e fica mais indigesto ainda por ser prato constante na dieta (de sa-pos) que diariamente têm de engulir professores e professoras de carne e osso.

Professores e professoras que, se leram até aqui, talvez comecem a perder a calma e as estribeiras, cobrando-me a promessa não cumprida: que viés é esse - reclamam com razão - que repete o que já se sabe? De que adianta repetir a ladainha, se o santo não tem força de operar milagres? Milagre mesmo seria, por exemplo, alterar a composição do cardápio, e mesmo acabar com a dieta forçada... Paciência, leitores, que é próprio dos vieses o passo miúdo e o atalho mais longo.

Se os santos não fazem o milagre, cumpre aos fiéis fazê-lo. O que começa por tirar as velas dos altares e acendê-las para iluminar o caminho, reconhecendo, ao longo dele, os itinerários mais adequados para chegar ao destino que se deseja. Não esquecendo, sobretudo, de acomodar na bagagem, algumas hipóteses que, por mais provisórias e descartáveis que sejam, são fundamentais para se pôr o pé na estrada.

A primeira destas hipóteses pode constatar, por exemplo, que é bom que o Estado dê livros didáticos à população escolar carente, que é muito bom que seja o professor destes alunos que faça a escolha de tais livros, e que chega a ser excelente que a nível de planejamento central, haja consenso de que é assim mesmo que as coisas devem passar-se.

Se esta hipótese é verdadeira (ou ao menos provisoriamente aceitável...) é tempo, então, que as velas iluminem as providências necessárias para que, de hipótese, esta idéia se converta em prática. Providências, por sua vez, inauguradas por reivindicações uníssonas e firmes que, como o brado heróico retumbante do hino, se façam ouvir nos quatro cantos do País, em congressos, jornais de professores, assembléias, cursos de extensão e quantos mais espaços houver. Que se reivindique, isto é, que se exija:

1. que a escolha dos livros didáticos não se faça nem em cima da hora, nem em abstrato; que o Estado garanta que **todo** professor tenha acesso

a **todos** os livros que constituem o acervo dentre o qual serão escolhidos os livros a serem adotados;

2. a divulgação, com antecedência de muitas semanas do prazo final para o resultado da seleção; que se assegure, neste prazo, que **todos** os professores tenham acesso real a exemplares dos livros em julgamento, e tempo suficiente, **dentro das horas pelas quais o Estado lhe paga** para, em conjunto com seus colegas, efetuar a seleção;

3. que as equipes, instâncias, órgãos e entidades da administração central, encarregadas de organizar e gerenciar o processo de escolha do livro didático, ponham nisso todo o empenho e competência que demonstram para conseguir, por exemplo, as dezenas de assinaturas, rubricas, siglas e similares necessárias à expedição de um certificado de frequência a um mísero curso de trinta horas;

4. que o Estado não deixe em mãos de cada editora a tarefa de encaminhar aos professores os exemplares de seus livros que serão objeto da seleção. Pois não fica bem. E não se trata apenas de uma questão de etiqueta ou de elegância: o caso é que a não mediação do Estado acaba favorecendo as editoras maiores, que dispõem de cadastros mais gordos e setores de divulgação mais ágeis. Além disso, e com o perdão da paranoia, o *catch-as-catch-you-can* deixa livre um espaço de manobras no qual pode ser irresistivelmente tentador desviar livros de editoras rivais;

5. que o Estado assuma a obrigação de garantir à sociedade que a seleção dos livros, em cuja compra se investe tanto de nossos suados impostos, é feita com seriedade e competência. Centralizando, por exemplo, a atividade de seleção por regiões e em escolas dotadas de bibliotecas, providenciando para que nestas haja vários exemplares de todos os livros em exame para adoção, de forma que se profissionalize a relação do professor com o livro didático, no momento da seleção.

As práticas atualmente em curso são inadmissíveis.

É claro que, em princípio, não lesa ninguém que, além de receber em várias ocasiões pacotes de livros didáticos e paradidáticos de algumas editoras, na semana de seu aniversário, o professor receba uma gentil cartinha desejando-lhe parabéns. Também, não estorva nem compromete que, em dezembro, um cartãozinho bonito diga **Boas Festas e Feliz Ano Novo** ao mestre exausto, que recém fechou seu diário de classe, encerrou a recuperação e deu o presente de seu amigo secreto, na inevitável festa de fim de ano.

Nada disso estorva nem lesa.

O que estorva, compromete e lesa muito é que as relações do professorado com o produto da indústria editorial (da qual ele, professor, é o intermediário e ao mesmo tempo o consumidor) se desenvolvam exclusivamente através de um paternalismo rasgado. Se a temporada de caça-livre-ao-professor não se regulamenta por nenhum acordo entre cavalheiros, é urgente e necessária a mediação do Estado, criando condições para a profissionalização das relações triangulares livro didático/professor/indústria editorial.

Na conjuntura atual, não ficam claros os limites entre a sedução, o engodo, a cooptação consentida e a seleção objetiva. E de pouco claros, tais limites acabam se obscurecendo completamente quando, muitas vezes, são os autores deste ou daquele livro didático, e suas respectivas editoras, as estrelas de palco e de bastidores de seminários, congressos, cursos e similares onde se discutem (ou se sugerem) critérios de avaliação do livro didático.

Se este assunto é de puxão de orelhas em quem de direito, vale aqui também um pito nas associações profissionais.

Onde estão elas, quando o que está em jogo é o direito de seus membros/associados/representados exercerem em condições dignas o direito de seleção de seu instrumento de trabalho cotidiano? Geralmente não estão. Ou, pelo menos, não estão com a mesma estridência com que se fazem ouvir a propósito de outras situações. Não creio que esta função seja menos política do que a discussão de salários ou carreira. E tam-

pouco que venha depois dela. Vêm juntas, naquela perspectiva dialética de que o externo se torna interno, a forma se metamorfoseia em conteúdo e, da mão à boca se perde a sopa, como já proclamava mestre Machado, que sabia das coisas.

6. a rediscussão da questão da obsolescência do livro didático. Ao questionar-se, por exemplo, se um livro deve ter sua adoção fixada por um número qualquer de anos (três ou cinco, por exemplo...) sempre haverá quem salte o pescoço da discussão, argumentando que a mobilidade da produção de conhecimento impõe uma caducidade rápida ao livro didático, uma vez que é necessário que ele (livro didático) reflita/contenha/incorpore, em resumo, articule-se com os avanços da ciência.

O argumento é sério e sólido. E seria até verdadeiro, se a relação do livro didático com a produção de conhecimento fosse a relação de diálogo constante e profundo que tal argumento faz supor. Mas acontece que não é.

Quem conhece livro didático, sabe que tal articulação não existe, ou melhor, que quando existe costuma ser uma articulação degradada: até que as formulações de ponta das várias áreas de conhecimento ancorem no porto seguro do livro didático, transcorre um certo tempo... na realidade, muito mais tempo do que aquele que o bom senso sugere como vida útil de um livro.

Na rediscussão proposta da obsolescência do livro didático, o que está em jogo não são as vantagens ou desvantagens de que um mesmo exemplar seja usado por um ou mais joõesinhos ou mariazinhas da mesma família. O que está em jogo é a necessidade de se compatibilizar a relação de **custo** de um processo de seleção sério, com o **benefício** de uma maior eficiência educacional.

£ s em vez de anual, a seleção de livros didáticos ocorrer de dois em dois ou de três em três anos, reduz-se pela metade ou pela terça parte os gastos envolvidos no processo de seleção que, repetindo, para ser sério, tem de envolver muita gente, durante um certo tempo, e ter asseguradas

condições de infra-estrutura.

Ainda no mesmo sentido, atente-se para o fato de que, via de regra, o que se advoga e/ou se anuncia como necessidade de atualização recobre, muitas vezes, a velha política empresarial de obsolescência planejada: e à semelhança de saias e automóveis, o consumo do livro modelito-do-ano se impõe por razões que nada têm de didáticas nem de acadêmicas, muito embora seja, nestes termos e em nome delas, defendidas.

Uma observação mais detalhada de como os livros de Comunicação e Expressão incorporaram novas formulações da Lingüística e da Teoria Literária pode ser eloqüente para ilustrar o que estou tentando dizer.

A noção de **criatividade**, seguida de perto pela de **funções da linguagem**, acompanhada esta da de **níveis de fala** representam a incorporação, ao livro didático posterior aos anos sessenta/setenta, de conceitos e categorias formulados no bojo de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito acadêmico dos estudos da linguagem. A inclusão delas em livros didáticos de qualquer série de qualquer grau, não obstante louvável sob muitos aspectos, foi impotente para deflagrar a reorganização de todos os conteúdos do livro didático, tornando, assim, muitas vezes contraditórias e sem sentido as atividades escolares patrocinadas pela escola a partir de propostas do livro didático.

Assim, por exemplo, a questão de criatividade, convocada a partir dos anos sessenta na formulação de exercícios de produção escrita, coexiste bem com a apresentação de estilos literários que "dependem" do momento histórico em que ocorrem... enquanto isso, a discussão dos diferentes níveis de fala se deixa acompanhar, sem pudores (e sem explicações) de normas de concordância verbal e nominal que, num passe de mágica, apagam a noção sócio-lingüística de multiplicidade de expressões convivendo pacificamente em diferentes situações de discurso... e as diferentes funções da linguagem, esquecendo a fraterna coexistência em que ocorrem, são pretexto para exercícios tão dogmáticos como aqueles que - algumas páginas antes ou depois - pedem que o aluno diga que **árvore** é trissílabo, proparoxítone e que **mais** é advérbio...

Mas tudo isso são só exemplos.

Ou mera questão lateral, espécie de **gancho** para retornar à discussão central: que a maior ou menor vida útil de um livro didático não é obstaculizada pela relação que deve (e que mais do que deve, pode) haver entre as pesquisas de ponta e a incorporação destas pelo material didático.

Tal longevidade maior talvez seja essencial para que se possa pensar em formas mais complexas, sérias, seguras e eficientes de avaliação do livro didático. Pois a melhor qualidade deste viabiliza um ensino de melhor qualidade, o qual, por depender **também** da qualidade do livro escolar pode, conseqüentemente, ter nele um poderoso aliado ou um adversário respeitável.

Retorna à cena nesse momento, o papel importante que entidades de professores podem desempenhar. Não só as que congregam professores em geral como ANDES ou APEOESP, mas também as que se voltam para professores de determinadas áreas, como APLL, ALB, APQ, **FNLJ** e outras. Estas todas, e demais similares nacionais podem e devem patrocinar uma prática constante de análise de livros didáticos, que, por ser constante e inserida na política de tais instituições, construirão um saber coletivo muito mais efetivo do que o que se tem em vigor e que preside os momentos de escolha de livros didáticos. E por tabela (ou por acréscimo, como prometem os Evangelhos...) uma tal iniciativa contribuirá decisivamente para a formação política do professor.

Entre os passos necessários para a instauração desta prática, um dos mais urgentes é o recolhimento e divulgação de tudo o que já foi escrito e discutido sobre livro didático. Recolhendo, catalogando e pondo em circulação tais estudos, fica viabilizada, em todos os níveis, a formação de equipes e grupos de professores comprometidos com um trabalho de maior alcance do que congressos, cursos de reciclagem e semanas de planejamento. E, se estes grupos criarem formas de multiplicar seu trabalho junto com os professores que estão com a mão na massa (isto é, com o livro na mão), o processo de seleção acabará por contextualizar-se numa prática profissional consistente na qual a seleção de instrumentos de trabalho não se fará independentemente de uma filosofia educacional: pois é só no interior dela e no interior de uma familiaridade grande com a disciplina que se leciona (leitura, química ou história, não importa)

que se introjetam critérios sólidos de avaliação.

A partir disso, não se precisa mais recorrer nem à competência nem à autoridade do especialista. Este, muito embora tenha coisas a dizer a respeito do livro didático, não pode ser solicitado aleatoriamente, como uma espécie de UTI de reserva para momentos de crise, seu ponto de vista e sua relação com o livro didático só raramente são homólogos ao do professor.

De lambuja, este trabalho de maior fôlego, a pretexto da seleção do livro didático, pode propiciar ainda outras vantagens: permitirá perceber-se, por exemplo, que a avaliação do livro didático - ao contrário do que faz supor a alegre caça a conteúdos ideológicos mais grosseiramente evidentes - relaciona-se intimamente com problemas educacionais muito sérios e tem muito pouco a ver com a efemeridade dos critérios que, a cada ano, emanam de uma ou de outra instância do aparelho educacional brasileiro.

Não seria impossível esperar-se, a médio prazo, que um professorado, assim envolvido numa discussão consistente de livro didático, tivesse condições de influir muito mais decisivamente na qualidade deste livro didático. O boicote aos maus livros, a denúncia sistemática, pública e segura dos erros, absurdos e preconceitos encontrados nos textos tornariam a relação dos professores com as editoras uma relação de controle de qualidade, extremamente viável e produtiva, numa sociedade como a nossa, em que o livro didático é uma mercadoria como outra qualquer.

Caso contrário, pode ser difícil superar os impasses da situação atual, quando conquistas tão importantes e tão duramente conseguidas - como o direito de selecionar o livro com o qual vai trabalhar - têm sua força de interferência na realidade educacional diminuída pelo cruzamento (nem um pouco ingênuo ou casual) dos canais competentes.

Pois o direito que tem o professor de escolher o livro com o qual vai trabalhar choca-se, na prática, com a falta de condições concretas de exercer este direito. Mas como tal direito está formalmente assegurado, a situação atual legitima um processo que realmente não ocorre ou que, por

ocorrer de forma viciada, traveste de escolha consciente o que é, muitas vezes, uma imposição consentida.

Não faz tanto tempo assim, os meios educacionais brasileiros menos empedernidos ficaram chocados com o lamentável equívoco (!) que proporcionou aos livros de uma determinada editora chances muito maiores de serem escolhidos do que os livros de outras editoras. Também recentíssima é a polêmica sobre um livro de Comunicação e Expressão que, condenado a fogueiras cívicas em alguns torrões mais verde-amarelos da pátria amada, despertou imediatamente a simpatia de educadores mais liberais, que viram, no arbítrio ideológico, uma espécie de fiança da qualidade do livro em questão... em consequência, multiplicaram-se - em congressos e similares - moções de apoio ao tal livro como se ter incorrido na ira dos conservadores remisse o livro de feições tão autoritárias quanto outras, só que com o sinal invertido.

Pois não se pode esquecer que a produção do livro didático leva sempre em conta a imagem que a escola tem de si mesma. E devolvendo à escola tal imagem, conta - como contou, no caso em discussão - com a adesão apressada de quem come gato por lebre, gosta e ainda elogia o guisado.

Se, num certo momento, a denúncia sistemática do conteúdo ideológico do livro didático foi a forma possível de atuar num segmento da cultura brasileira extremamente penalizado pelas condições de sua existência mais recente - o ensino - parece que a lição que se extraiu disso foi tão apressada e mal digerida quanto as lições que **passam e cobram** os livros didáticos, objeto destes estudos: não se aprendeu o fundamental, qual seja, que o modo de ser do livro didático é necessariamente conservador.

E, se alternativas radicais que pregam a abolição pura e simples do livro didático talvez sejam, ao menos por ora, inexequíveis (e por isso se tornam inoportunas...), a constatação do fardo conservador do livro didático não pode ser imobilizante. Muito pelo contrário, tem de dar o tom e o rumo das discussões.

Nesta linha, uma saída aconselhável é evitar a discussão frontal, que relaciona diretamente e sem mediação a qualidade do livro didático à qualidade do ensino brasileiro e se pergunta (como no poema de Drummond: "sem interesse pela resposta"): como ter bons livros sem ter bons professores e vice-versa?

Mas antes que o susto ou o tédio de uma discussão tão viciada como esta espante meus (raros?) leitores remanescentes, que já ouviram e bocejaram discussão similar relativa a ovos e galinhas, sugiro que a abordagem mais significativa da questão e o encaminhamento mais instigante de suas respostas possam nascer de sua contextualização no âmbito mais amplo e complexo da política cultural do País, que, ao que parece, tropeçou sempre em livros didáticos, professores e escolas. Tropeçou tanto que às vezes caiu de trombalhão, como se verá pela última visita ao tema livro didático, percorrendo agora seus aposentos mais antigos.

É preciso historizar a questão.

Para ficar-se apenas no que se vê a olho nu, sem sofisticções de pesquisas mais trabalhosas, pode-se começar a viagem no ano de 1888, da libertação dos escravos e véspera da proclamação da República. Foi nesse então que Raul Pompéia publicou **O Ateneu**. No romance, de entremeio a evocações de seus dias escolares, ele refere-se de passagem à produção de livros didáticos daquele tempo. E aprendemos com ele que somos dignos herdeiros de uma situação que já começou sem jeito.

Ao recuperar as lembranças de sua vida escolar, vivida sob a batuta de Aristarco Argolo de Ramos (nome ficcional de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, grande educador do Império), Raul Pompéia conta como eram produzidos os livros escolares daquela época. E o modo como eles eram produzidos não perde sua verossimilhança nem sua atualidade quando projetado para um século adiante, ou seja, o ano que vem:

"O Dr. Aristarco Argolo de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lu-

garejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas, com o esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de livros cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos esfaimados de alfabeto dos confins da Pátria. Os lugares que os não procuravam eram um belo dia surpreendidos pela enchente, gratuita, espontânea, irresistível! E não havia senão aceitar farinha daquela marca para o pão do espírito. E engordavam as letras, à força daquele pão. Um benemérito. Não admira que em dias de gala, íntima ou nacional, festas do colégio ou recepções da coroa, o largo peito do grande educador desaparecesse sob constelações de pedraria, opulento a nobreza de todos os honoríficos berloques."⁴

O texto é eloqüente. E dolorosamente contemporâneo. O procedimento que ele relata é muito semelhante a algumas práticas que vivemos hoje, quando o acesso ao livro didático depende ainda de iniciativas que pouco ou nada têm a ver com as reais necessidades - por exemplo - do professorado de Caetetuba-do-Mato-Adentro. **Prudentes professores anônimos** é um eufemismo irônico que recobre um modo de produção indecoroso que persiste ainda - embora atualizado - em certos livros contemporâneos que se fazem muito mais à custa de tesoura-e-cola do que à custa de pesquisa e reflexão próprias. Sem contar a menção à apropriação indevida do trabalho alheio, que submerge na autoria assumida de quem ganha os direitos autorais, mesmo que resumidos aos honoríficos e cintilantes berloques...

Abandonando bastidores e oficinas de elaboração do livro didático, vira-se a esquina do século XX e cai-se na outra ponta da moeda. A autobiografia de Graciliano Ramos retoma o assunto, trança os fios e lança novas luzes sobre ele.

Nascido em 1892, nas secas e ensolaradas Alagoas, mestre Graça retrata em **Infância** (obra editada em 1945) os percalços de uma meninice

sofrida, na qual os livros - em particular os escolares - são origem de sofrimentos ainda maiores:

"Um grosso volume escuro, cartonagem severa. Nas folhas delgadas, incontáveis, as letras fervilhavam, miúdas, e as ilustrações avultavam num papel brilhante, como rastro de lesma ou catarro seco.

Principiei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos.

- Passarinho, queres tu brincar comigo?

Forma de perguntar esquisita, pensei. E o animalejo, atarefado na construção de um ninho, exprimia-se de maneira ainda mais confusa. Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever.

Em seguida vinham outros irracionais, igualmente bem intencionados e bem falantes. Havia a moscazinha, que morava na parede de uma chaminé e voava à toa, desobedecendo às ordens maternas. Tanto voou que afinal caiu no fogo.

Estes dois contos me intrigaram com o Barão de Macaúbas. Examinei-lhe o retrato e assaltaram-me presságios funestos. Um tipo de barbas espessas, como as do mestre rural visto anos atrás. Carrancudo, cabeludo. E perverso. Perverso com a mosca inocente e perverso com os leitores."⁵

Esta escola de que Graciliano Ramos fala é nossa conhecida, não é mesmo? É aquela mesma escola de Raul Pompéia, perdida nos confins da Pátria, esfaimada de alfabeto, que foi inundada pelos livros escolares cuja produção **O Ateneu** relata tão desencantadamente... São os mesmos livros, cuja desastrosa utilização em classe Graciliano Ramos comenta aqui.

4 POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. 3. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1963, p.3.

5 RAMOS, Graciliano. **Infância**. 17. ed. Rio de Janeiro, 1981. p. 126-7.

E se serve de algum consolo a idéia de que letras percebidas como rastro de lesma ou catarro seco não mataram em casulo o velho mestre Graça, ao tempo em que ele ia à escola, desconsola muito a idéia de que depoimentos como o seu são bem mais freqüentes do que pede o sossego dos educadores. E começa-se a confirmar que... faz tempo que quem olha para o livro didático não gosta do que vê...

Não gosta, talvez porque nossos livros escolares já nasceram errados.

Melhor dizendo: nossos livros escolares chegaram aqui errados, trazidos que foram pelos colonizadores.

Mas mesmo com tantos erros, aprendemos: aprendemos, por exemplo, que assim como era inevitável que houvesse eco, nos livros de antigamente, de polêmicas e questões de antigamente, é inevitável que ecoem, nos livros de hoje, questões e polêmicas de hoje.

Em outras estantes da biblioteca, ficamos sabendo que, se os métodos atuais de censura e crítica aos livros didáticos indesejáveis aos olhos da pedagogia oficial são sem dúvida mais corteses, a tarefa censória é essencialmente a mesma que aqui aportou nas caravelas portuguesas. Exemplo, incrédulo leitor?

Expulsos os jesuítas no século XVIII, ficou também proibida toda a pedagogia jesuítica que incluía, evidentemente, os livros didáticos inspirados por ela, mesmo quando tais livros ocupavam-se de disciplinas aparentemente tão pouco polêmicas quanto o grego, o latim e a retórica...

Com a palavra Laerte Ramos de Carvalho que, estudando as reformas pombalinas na instrução pública registra que:

"Concomitantemente, procurou Diretor-Geral proibir o ensino pelos antigos métodos. Os professores que teimavam em ensinar pela Arte do Pe. Alvarez, com o auxílio dos demais livros proibidos, eram recolhidos à prisão e obrigados a assinar um termo no qual juravam que nunca mais se ocupariam do ensino do Latim no Reino e seus domínios. Os livros proibidos, fossem pertencentes à biblioteca dos professores, fossem das livrarias,

eram recolhidos e algumas vezes, queimados."⁶

Os depoimentos poderiam multiplicar-se. Mas como a multiplicação deles representaria um sério risco de tédio e enrubescimento para meus gentis leitores, fica-se por aqui. Acreditando, por gentileza final, que os depoimentos, se multiplicados, se fragmentariam em muitas vezes.

Nostálgicas algumas, como a de Patativa do Assaré.

Iradas muitas, como as de Raul Pompéia e Graciliano Ramos.

Insatisfeitas, perplexas, às vezes perdidas, outras, como as de nós todos.

E a excursão ao passado nos introduziu em outra dimensão do assunto. Dimensão fluida onde cabe a queixa, a denúncia, a proposta, o apelo. Em conjunto, todos os fragmentos escrevem os primeiros capítulos de uma história que vivemos todos os que lidamos, de qualquer lado da página, nas linhas e nas entrelinhas, com livros didáticos.

E esta história nos mostra, enfim, que não somos uma geração particularmente castigada pelos livros didáticos com os quais nos foi dado conviver. Nem somos culpados, nem estamos sozinhos. Vivemos, isto sim, um momento particular de uma história - a história do livro didático brasileiro - que é longa, cheia de desacertos e desencontros, e de algumas apostas e esperanças.

E aprendemos, contemplando desencontros e desacertos, a destrinchar e assumir o papel que hoje precisamos viver para, vivendo-o, dar um sentido político ao que sentiram e fizeram os que nos precederam.

Pois só **com** a história e na história as discussões sobre o livro didático - tema antiqüíssimo aqui revisitado - ampliam seu alcance e se inserem no contexto mais amplo no qual explodem em luzes que iluminam não este ou aquele livro desta ou daquela disciplina, mas a política cultural do País que, entre broas de milho e orquestras sinfônicas, acaba orquestrando a dança que, à revelia ou voluntariamente, dançamos todos.

6 CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo, Saraiva, EDUSP, 1978. p. 120-1.

A QUESTÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Luiz Felipe Perret Serpa*

A educação brasileira, nas três últimas décadas, dentre os seus múltiplos problemas, defronta-se com a questão do livro didático.

Outrora o auxiliar principal do professor na sua tarefa pedagógica cotidiana, a partir da década de 60, o livro didático passou a representar um papel determinante no dia-a-dia do professor.

A questão fundamental, apesar da complexidade da solução, sintetiza-se na necessidade de elaboração de uma política que permita resgatar o livro didático em seu verdadeiro papel de auxiliar principal do professor.

Preocupada com a questão, a Universidade Federal da Bahia organizou e coordenou três encontros sobre o livro didático, com a participação de professores, instituições do sistema educacional, editores, livreiros e autores durante os anos de 1984 a 1986.

Esses encontros tiveram características distintas. O I Encontro Estadual, com a participação de diversos municípios do interior, ocorreu durante três dias em Salvador, com uma série de exposições, mesas-redondas e grupos de trabalho.

O II Encontro constituiu-se como um processo. Num primeiro momento, realizaram-se encontros regionais no interior; num segundo momento, com os documentos dos diversos encontros do interior, realizou-se o encontro em Salvador.

Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia.

O III Encontro ocorreu com outra metodologia. Foram realizados encontros no interior, organizados e coordenados pelas comissões locais, com a participação de professores da Universidade Federal da Bahia. Esses encontros desenvolveram-se em forma de oficinas de avaliação e criação de material didático por área de conhecimento.

Este artigo pretende, a partir de uma análise da experiência dos encontros promovidos pela Universidade Federal da Bahia, dimensionar a questão do livro didático no contexto da educação baiana, em particular, e da educação brasileira, em geral.

Análise dos encontros do livro didático na Bahia

De imediato, a análise destes encontros indica que existem dois níveis para a questão em pauta: um nível de política educacional, compreendendo aspectos que não estão ligados diretamente com o livro didático. Um outro nível, relativo à política do livro didático, envolvendo ações vinculadas diretamente com a questão.

Na verdade, os dois níveis são interdependentes, mas talvez tenham um certo grau de autonomia, o que permitiria pensar na possibilidade de se tomar decisões em relação à política do livro didático sem modificar significativamente a política educacional.

Considerando-se as características de cada encontro, nossa análise se deterá no II Encontro do Livro Didático na Bahia, realizado em 1985, porque este encontro desenvolveu-se como um processo.

Tomaremos como referência de análise o documento do II Encontro do Livro Didático na Bahia, composto dos documentos finais dos encontros regionais de Santo Antônio de Jesus, Vitória da Conquista, Ilhéus, Barreiras, Jequié e Lençóis.

A política educacional

O nível da política educacional aparece em todos os eventos regionais sob diferentes aspectos, porém sempre constituindo-se como a razão que tornou o livro didático o elemento central da prática educativa:

"Em decorrência da falta de consciência profissional, despreparo do professor, carga horária excessiva, falta de biblioteca, laboratórios, falta de recursos didáticos e financeiros e péssimo salário, o livro didático se tornou o elemento central da prática educativa."¹

As considerações acima envolvem a formação do professor, a política salarial e condições materiais e financeiras da escola como fatores do desvio do papel do livro didático. Assim, pode-se imaginar que o resgate de seu verdadeiro papel requer uma política educacional que reformule a formação do professor, estabeleça uma política salarial para o magistério e faça maiores investimentos para a melhoria das condições materiais da escola.

O documento do II Encontro do Livro Didático na Bahia chega² a elaborar recomendações relativas à pré-escola, à alfabetização, à construção de escolas, à limitação de alunos por classe, a concurso público para a carreira do Magistério, à eliminação de rodízio nas escolas pelo prejuízo que causa aos alunos, à eleição direta para o cargo de diretor de escola e a programas de reciclagem do professor.

Somente na aparência tais recomendações não estão ligadas ao resgate do verdadeiro papel do livro didático. A preocupação com a pré-escola e com a alfabetização significa uma menor probabilidade de evasão da escola e da repetência no curso por parte da criança e um maior preparo para o processo de aprendizagem. A construção de escolas e a eliminação do rodízio são ações que, se articuladas, significariam uma maior

permanência de tempo da criança na escola, o que acarretaria uma maior vivência com o ambiente de aprendizagem. As recomendações vinculadas ao concurso público, à eleição direta dos diretores e aos programas de reciclagem do professor significariam uma melhoria de qualidade do professor, porque profissionalizariam a carreira do magistério e eliminariam influências político-partidárias sobre a escola e a indicação de docentes.

Percebe-se claramente que, a nível da política educacional, os professores participantes do II Encontro do Livro Didático na Bahia, nos seus diferentes Encontros Regionais, reivindicam: profissionalização do professor, ênfase na pré-escola e alfabetização para um maior preparo da criança para o processo de aprendizagem, maior permanência de tempo da criança na escola, assistência técnica permanente ao professor, eliminação de influências político-partidárias sobre o sistema educacional e melhores condições materiais para as escolas.

Acreditamos que, com esses parâmetros da política educacional, o livro didático certamente ocuparia o papel de auxiliar da prática educativa.

Se o livro didático viesse a ocupar seu verdadeiro papel na prática educativa, o que o professor propõe como política do livro didático no documento do II Encontro?

Com essa pergunta, introduzimos o outro nível da questão.

A política do livro didático

A análise dos documentos apresenta dimensões relevantes da questão.

Com o objetivo de sistematizar essas dimensões, discriminamos cada uma delas:

- Escolha e distribuição do livro didático.

Sob esse aspecto, todos os encontros regionais, componentes do II Encontro do Livro Didático na Bahia, desenvolveram críticas tanto ao procedimento da escolha quanto ao da distribuição do livro didático.

1 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Santo Antônio de Jesus, 1985. mimeo.

2 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Ilhéus, 1985. mimeo.

Para exemplificar, transcrevemos o seguinte trecho:

"A maior polêmica girou em torno da forma de escolha e distribuição dos livros didáticos às escolas públicas. Foi unânime a aceitação da idéia de que ao invés da distribuição de livros ser feita pelo PLIDEF, que seja destinada uma verba anual a cada escola para que a direção compre os livros escolhidos pelos professores e posteriormente façam prestação de contas ao PLIDEF."³

O mesmo Encontro Regional de Barreiras recomenda:

- Distribuição gratuita de livros didáticos e paradidáticos para as bibliotecas das escolas.
- Que as editoras sejam mais pontuais em encaminhar aos professores as obras recém-lançadas, a fim de que possam examiná-las com critério e tempo suficientes antes de adotá-las.
- Descentralização da escolha do livro didático e que a FAE funcione como coordenadora e não como co-editora de livros.
- Distribuição gratuita do livro didático de todas as áreas de estudo.

Percebe-se, em relação à escolha e distribuição do livro didático, que os professores pleiteiam melhores condições para realizar a escolha do livro didático e uma descentralização do processo de distribuição, redimensionando o papel da FAE como organismo coordenador, evitando o papel de co-editor, papel esse que implica subsídio governamental para uma atividade empresarial.

- Indústria do livro.

Em todos os encontros regionais, desenvolveram-se críticas à extensão do modelo econômico brasileiro - altamente concentrador de renda pela

3 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Barreiras. 1985. mimeo.

sua economia de escala - à política de produção do livro didático.

Na verdade, essa política tem privilegiado um pequeno grupo de editoras que, subsidiadas pelo governo através de co-edições, têm um mercado garantido para sua produção. A disputa desse mercado tem produzido grandes distorções, como o excessivo número de títulos e a interferência dos interesses da indústria do livro sobre a escolha dos livros didáticos nos sistemas educacionais.

Como exemplo, citamos o seguinte trecho de um dos documentos regionais⁴:

"Pela primeira vez em Vitória da Conquista, os professores questionaram problemas como a produção centralizada do livro didático que, de uma certa maneira, cria uma relação de poder que tenta transmitir a ideologia de uma classe dominante que é coerente com a de uma sociedade capitalista e discriminatória, imposta através das editoras e da política governamental, acrescida pelo compromisso das pequenas livrarias com os grandes grupos editoriais.

Verificou-se que esta situação centralizada numa política do livro didático vem ocorrendo desde a política implantada com a COLTED antes de 1964, durante o período de 1964 a 1985 com a FENAME, e já apresenta falhas com o advento da Nova República através da FAE."

Em síntese, no que diz respeito à indústria do livro, os professores pleiteiam um redimensionamento do papel da FAE, transformando-a de fornecedora de subsídios para as editoras em instituição de assistência técnica e financeira de material didático para as escolas.

- Regionalização do livro didático.

Esse pleito é constante em todos os documentos finais dos encontros regionais componentes do II Encontro do Livro Didático na Bahia.

4 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Vitória da Conquista. 1985. mimeo.

O fundamento do pleito encontra-se na afirmativa de que os livros didáticos adotados não retratam a realidade vivida pelos alunos.

Por outro lado, os professores reivindicam uma política de incentivo intelectual e financeiro capaz de emular a produção de material didático dentro da própria escola, realizada pelos alunos e professores. Essa reivindicação baseia-se no que ocorre, de fato, nas escolas onde professores e alunos elaboram materiais didáticos em condições precárias de assistência técnica e financeira.

A dimensão da regionalização do livro didático apresenta dois aspectos importantes: um deles é a articulação da produção de nível nacional com a produção regional e local e o outro é a criação de mecanismos de apoio e estímulo à elaboração de material didático local e regional.

Os professores no II Encontro do Livro Didático na Bahia já propõem algum encaminhamento para esses aspectos, como a seguinte recomendação⁵:

"Elaborar livros (para complementação), aproveitando redações e pesquisas de alunos e professores a respeito de nosso município (história, arquitetura, paisagem, flora e fauna, folclore, etc.)."

A conjugação dessa recomendação com a proposta do Encontro Regional de Barreiras que consistiu em reivindicar "um programa de incentivo de livros paradidáticos enfocando temas da região, lendas, costumes e tradições, com o apoio do CNPq e da Pró-Memória para fomentar a criação e divulgação dos valores culturais das micro-regiões estaduais" conduz a uma estratégia de apoio e estímulo à elaboração de material didático local e regional e à convivência entre produção local e regional com a produção nacional.

Foi no HI Encontro do Livro Didático na Bahia, realizado em 1986, sob forma de oficinas de produção e análise de material didático por área de

5 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Lençóis, 1985. mimeo.

conhecimento, que se explicitou a estratégia de abordagem dos aspectos referentes à regionalização do livro didático.

As oficinas de produção e avaliação de material didático formariam o laboratório, mediador da produção didática local e regional com a produção nacional⁶. Esse laboratório, em nível regional, articulado com as bibliotecas públicas da região, seriam os pontos de fomento para a produção, análise e distribuição do material didático na região, envolvendo a produção do livro didático em níveis nacional, regional e local.

- Qualidade do livro didático.

Compreendemos como qualidade do livro didático uma vasta gama de aspectos que vão desde a qualidade gráfica até o conteúdo, incluindo-se ainda a ideologia subjacente do texto e a metodologia proposta.

Os professores, em geral, têm uma apreciação negativa em relação à qualidade do livro didático.

O texto transcrito a seguir, extraído do documento final do Encontro Regional de Ilhéus, ilustra a posição dominante dos professores:

"Há uma grande quantidade de livros didáticos, de várias áreas ou disciplinas, com conceitos ou errados ou mal formulados ou incompletos, o que confunde o aluno e o desestimula a pegar no livro para estudar. Isto é muito freqüente, sobretudo nos livros de Ciências do 1^o grau. Há também muito livro mal redigido que peca ora pelo excesso de dados absolutamente supérfluos, ora pela síntese extrema que impede a captação e compreensão do assunto por parte do aluno. Isto ocorre com mais freqüência nos manuais de História, Estudos Sociais, OSPB e Geografia, o que reforça o desinteresse pelo livro. Para a maioria dos professores falta seqüência lógica e clareza em boa parte deles, mas não se têm en-

6 PROPOSTA de Continuidade de Trabalho sobre o Livro Didático na Bahia, documento escrito por Luiz Felipe Perret Serpa e Nelson de Luca Pretto, a partir da reunião da Comissão Estadual do Livro Didático, reunida na Faculdade de Educação da UFBA em 17/7/86 - Salvador-BA. mimeo.

contrado melhores opções. Foram detectados claramente, sobretudo nos livros de Ciências Exatas e Biológicas, a falta de estímulo e de exigência ao raciocínio do aluno, como, por exemplo, a descrição de experiências, em lugar da proposta de fazê-las.

A ideologia burguesa predomina de modo absoluto nos textos que contêm sérias discriminações em relação às mulheres, às minorias raciais e aos jovens.

As ilustrações são inadequadas (por exemplo, aparelhos em desuso ilustrando livros de Ciência) e, muitas vezes, excessivas, visando apenas a preencher páginas em detrimento de um bom texto. Raramente se encontra um livro bem ilustrado.

Quanto ao polêmico item do livro do professor, houve unanimidade contra aquele que se resume a dar respostas às questões propostas, embora tenha sido salientado que ele ainda é uma garantia de acerto para muitos professores... É muito bem vindo, entretanto, aquele manual do professor que fornece subsídios para um aprofundamento do conteúdo por parte do professor ou que dá pistas em relação às possíveis formas de se trabalhar com o assunto."⁷

Constata-se, nesse texto, que vários aspectos sobre a qualidade do livro didático estão presentes: os conceitos, a redação, o não-dimensionamento dos dados, a falta de seqüência lógica, a falta de estímulo ao raciocínio do aluno, a ideologia que acarreta discriminação, a inadequação das ilustrações e a natureza do manual do professor.

Um outro questionamento importante, ligado à qualidade do livro didático, prende-se ao livro descartável. Em um dos encontros, o depoimento de um pai de aluno foi exemplar em relação a esse aspecto e saiu publicado, em separado, no **Boletim-FACED** da Universidade Federal da Bahia⁸.

7 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Ilhéus, 1985. mimeo.

8 Depoimento de um pai de aluno, no Seminário do Livro Didático, em 12 dez. 1984. UFBA, **Boletim-FACED** (2), dez. 1984.

Tratava-se de um pai de nove filhos, residente nos Alagados, bairro resultante de uma invasão em Salvador, que, em seu depoimento, defendia a permanência por dois anos de qualquer livro didático adotado na escola, com o objetivo de ser usado por irmãos de séries vizinhas. Declarava que a permanência de um livro didático adotado por mais de dois anos não era aconselhável, em face da dinâmica da sociedade moderna.

Esse depoimento coloca, com clareza, o confronto do aspecto econômico-familiar com o da atualidade pedagógica do livro didático adotado, uma questão não observável em décadas passadas.

Em síntese, a análise dos documentos do II Encontro do Livro Didático na Bahia mostra que os professores reconhecem a necessidade de mudanças fundamentais na política educacional brasileira para que o livro didático volte a ocupar o seu verdadeiro papel na prática educativa.

Os professores consideram, ainda, que essas mudanças na política educacional brasileira não são suficientes, porque, mesmo que o papel do livro didático seja resgatado, serão necessárias ainda grandes modificações na sua política, que abrangem a produção, a distribuição e sua utilização nas escolas.

A questão do livro didático

Estamos em condições, após essa análise, de elaborar algumas considerações sobre a questão do livro didático.

Podemos construir uma lógica compreendendo três categorias extraídas das proposições dos professores participantes dos encontros do livro didático na Bahia.

Do conjunto de proposições envolvendo a formação do professor, a política salarial do magistério, o pleito de concurso público para a carreira do magistério e a necessidade de programas de reciclagem de professores, construímos a categoria **profissionalização do professor**.

De outro conjunto de proposições envolvendo o pleito de melhores condições materiais e financeiras para a escola, de maior atenção à pré-escola

e à alfabetização, da necessidade de construção de escolas, da limitação de alunos por classe, da eliminação de rodízio nas escolas e da eleição direta para o cargo de diretor de escola, formalizamos a categoria **qualidade-quantidade dos sistemas de ensino de 1º e 2º graus**.

Finalmente, temos a categoria **livro didático**, que compreende o conjunto de proposições elaboradas pelos professores em torno da escolha, da distribuição, da regionalização, da indústria e da qualidade do livro didático, essa última envolvendo conteúdo, editoração, ideologia e metodologia contidos nos livros.

As três categorias, surgidas da discussão em torno do livro didático, demonstram a não autonomia da questão. Na verdade, esperaríamos que a questão do livro didático existisse como um recorte da política educacional, se todos os pontos abordados em torno da discussão do assunto pudessem ser classificados na categoria Livro Didático.

Assim, a questão do livro didático constituiu-se, na verdade, em uma vertente da questão da política educacional do governo nas últimas décadas.

Mesmo a questão da política educacional do governo pode ser interpretada como uma vertente das políticas sociais das últimas décadas, as quais podem ser caracterizadas como assistencialistas, sob o ponto de vista social estrito; sob o ponto de vista do modelo econômico, as políticas sociais do governo caracterizaram-se como formas de subsidiar o desenvolvimento industrial do respectivo setor, incentivando a formação de poucos grupos empresariais que exploravam e detinham a produção do setor.

Essa orientação ocorreu nas últimas décadas tanto com a política do livro didático quanto com a da merenda escolar, se considerarmos apenas políticas do setor educacional. Se analisarmos outras políticas sociais do governo, verificaremos a ocorrência da mesma característica, ou seja, políticas sociais assistencialistas, sob o ponto de vista social estrito e fornecedora de subsídios para grupos empresariais, sob o ponto de vista econômico. Foi assim com políticas como a da habitação, a da alimentação e a da saúde.

Para demonstrar a procedência de nossa apreciação, consideraremos a categoria livro didático e o seu conjunto de proposições para compreendermos a questão.

O pleito de um redimensionamento da FAE pressuporia uma mudança nas características das políticas sociais do governo porque sugere que aquela passe a ser um órgão coordenador das ações envolvendo material didático e que se vincule mais aos sistemas de ensino de 1º e 2º graus e menos à indústria do livro. Essa proposta exigiria do governo um novo enfoque em suas políticas sociais, o que significaria uma ordem social do Estado qualitativamente distinta da existente no momento.

A regionalização do livro didático, conceituada como uma estratégia de articulação entre a produção didática local e regional com a produção nacional, significaria uma ação descentralizadora que envolveria mudanças qualitativas na política educacional do governo. Seria pouco provável que o governo realizasse transformações qualitativas na sua política educacional, mantendo outras políticas sociais centralizadas e de caráter assistencialista. Assim, a regionalização do livro didático acarretaria uma mudança qualitativa nas políticas sociais do governo.

Mais relevante ainda é a necessidade de mudanças no modelo econômico, pois ações descentralizadas para a regionalização do livro didático e a proposição de redimensionamento da FAE exigiriam um modelo econômico com característica distributiva. Essa exigência se apóia ao caráter concentrador do modelo e modificaria o papel do Estado na gestão da política econômica, o que implicaria a elaboração de mudanças na ordem econômica.

As proposições envolvendo a qualidade do livro didático articulam-se com a ordem política do Estado. Os livros didáticos, tanto em seu conteúdo e metodologia como na ideologia transmitida, representam a ordem política do Estado autoritário e centralizador. Ao se propor que os livros didáticos sejam redimensionados, considerando o componente histórico do conteúdo e da metodologia de cada área do conhecimento⁹ e a abordagem

9 PRETTO, Nelson de Luca. **A ciência nos livros didáticos**. Salvador, CED-UFBA, Ed. da Unicamp, 1985.

do caráter discriminatório da ideologia subjacente, estaríamos reivindicando uma mudança na ordem política do Estado, ou seja, uma transformação para o Estado democrático.

As outras categorias - profissionalização do professor e qualidade-quantidade dos sistemas de ensino de 1^o e 2^o graus - são vertentes mais imediatas da política educacional do governo no contexto de suas políticas sociais.

Pesquisas na Universidade Federal da Bahia¹⁰, nos últimos três anos, mostram a situação em que se encontram a profissionalização do professor e a qualidade-quantidade dos sistemas de ensino de 1^o e 2^o graus no estado. A transformação dessa situação, mesmo que haja uma decisão política de mudá-la em nível estadual, vai requerer uma nova ordem política, econômica e social do Estado brasileiro, além da determinação e competência do governo estadual. É uma obra para vários governos.

Creio que, se generalizarmos essa situação para todo o Nordeste, não estaremos incorrendo em erro.

Em síntese, a discussão da questão do livro didático passa pela política educacional do governo nas últimas décadas, a qual traduz o enfoque assistencialista de suas políticas sociais, as quais, por seu turno, expressam o modelo econômico de desenvolvimento nesse mesmo período.

As categorias lógicas construídas na discussão da questão do livro didático apontam para a necessidade de se construir uma nova ordem política, econômica e social para a sociedade, a qual só poderá ser obtida com uma nova ordem jurídica do Estado brasileiro.

É o que esperamos da Assembléia Nacional Constituinte.

10 Essas pesquisas compreendem: a) o trabalho educativo desenvolvido pelas escolas de classes multisseriadas, na zona rural, na Bahia, e sua adequação às reais necessidades do grupo humano a que pertencem, coordenada por Dilza Atta; b) levantamento, estudo e análise dos instrumentos de alfabetização utilizados na zona rural do Estado da Bahia, coordenado por Terezinha Fróes Burnham; c) evasão, repetência e distorção idade-série: um estudo de caso sobre causas e medidas de contenção em escolas de 1^o grau do Estado da Bahia, coordenado por Robert Evan Verhine; d) movimentos populares por educação escolar pública na grande Salvador - período 1975/1985, coordenado por Luiz Felipe Perret Serpa; e) uma série de artigos envolvendo a pré-escola, a alfabetização, a formação do professor, creches e escolas comunitárias publicados no Boletim-FACED da Universidade Federal da Bahia, no período de 1985/1986.

O LIVRO DIDÁTICO DE ESTUDOS SOCIAIS E A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA

Eloisa de Mattos Höfling*

O acesso e permanência na escola pública de boa qualidade é hoje insistentemente colocado como horizonte para todo cidadão brasileiro, como um dos elementos de efetivação do exercício de cidadania. A estas colocações, mais atuais e prementes do que nunca, deve ser sempre incorporada a discussão de como internamente, **dentro da escola**, é trabalhado o preparo para o, e o próprio, exercício da cidadania. Ou seja, a escola, em termos de direito civil acessível a todo cidadão, tem que ser colocada como objetivo e instrumento no processo de participação do sujeito na sociedade, isto é, no processo de conquista de sua real cidadania.

Num momento em que se faz fundamental reivindicar insistentemente condições para o exercício pleno da cidadania para todos, numa sociedade tão desigual como a brasileira, que vive um processo de alteração de suas leis maiores, consideramos importante ter sempre presente o que seria conceitualmente essa cidadania, sob pena de encamparmos uma bandeira cujo rótulo vai se esvaziando e perdendo de vista seu conteúdo e até mesmo seus limites.

Consideramos importante lembrar as raízes do conceito que se defende hoje para cidadania, e como esta concepção aparece na escola e nos livros didáticos de Estudos Sociais, que é o nosso objeto neste artigo.¹

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

1 Este trabalho desenvolvido em maior amplitude por nós se encontra detalhado em HÖFLING, E. M. **O livro didático em estudos sociais**. Campinas, UNICAMP, 1986.

Autores considerados clássicos no tratamento de cidadania e participação, como Marshall e Pizzorno, foram a fonte para estas colocações.²

Historicamente, o conceito de cidadania pode ser desmembrado em três aspectos: elemento civil, elemento político e elemento social. É possível localizar o aparecimento e a formação de cada elemento em diferentes épocas, certamente sem rigidez cronológica - mesmo porque em muitas situações históricas eles estão juntos, amalgamados.

Os direitos civis, que correspondem aos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e fé, de direito à propriedade, à justiça, etc. - formaram-se fundamentalmente no século XVIII. Os direitos políticos - participação no exercício do poder político como membro, representante ou representado, de um órgão político; direito de votar e ser votado, etc. -, no século XIX. E o mais recente deles, os direitos sociais, que implicam todos os direitos relacionados a um mínimo de bem-estar social do indivíduo na sociedade, surgiram com força no século XX.

Aos diferentes elementos da cidadania estão estreitamente ligados determinadas instituições sociais, basicamente. Assim, aos direitos civis, os tribunais de justiça; aos direitos políticos, partidos e entidades políticas; aos direitos sociais, o sistema educacional e os serviços sociais.

Independentemente da conceituação de cidadania desenvolvida por diferentes autores, em suas raízes liberais, dois pontos podem ser indicados como consensuais: cidadania corresponde a direito - e dever - à participação; e cidadania diz respeito a um sistema de igualdade. Ou seja, quando se fala em cidadania, trata-se, em última análise, da natureza da

2 MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967; PIZZORNO, A. **Participación y cambio social en la problemática contemporánea**. Buenos Aires, Ed. Siap, 1975.

participação que o indivíduo tem na sociedade em que vive. E esta participação, mesmo que teoricamente apenas, é possível em bases iguais para todos os cidadãos.

Assim, Marshall, sistematicamente citado em trabalhos atuais sobre cidadania, admite que existe uma "igualdade humana básica", associada à participação integral na comunidade, alcançada através da cidadania, que existiria mesmo numa sociedade com uma desigualdade inerente, como a sociedade de classes. As desigualdades podem ter o aval de "legitimidade em termos de cidadania democrática, desde que não sejam muito profundas, mas ocorram numa população unida numa civilização única; e desde que não sejam uma expressão de privilégio hereditário."³ A cidadania carrega consigo uma "igualdade inerente" que estaria acima das desigualdades provenientes da situação econômica, e que aproximaria os "homens livres" ligados por um patrimônio comum - a civilização - e protegidos por uma lei comum.

O fato de pessoas diferentes receberem salários diferentes não deve interferir no direito que todos têm de desfrutar as vantagens oferecidas por um sistema social. Esta coexistência de desigualdades de renda e igualdade de participação é tão possível para Marshall que o autor faz colocações como esta: "(...; se o gerente pode ter um dia livre para assistir a um jogo de futebol, por que não o trabalhador? O gozo comum é um direito comum".⁴

Tal condição de igualdade, associada à concepção de cidadania, é relativizada por Pizzorno, que considera possível a configuração de "áreas de igualdade" no interior de um grupo solidário em torno de interesses comuns, o que possibilita uma ampla participação dos elementos do grupo. Para o autor, "só se participa quando se está entre iguais".⁵

São colocações que diferem das de Marshall. A igualdade como condição de participação na sociedade está presente nos dois autores, mas en-

3 MARSHALL, T. H. Op. cit, p.108.

4 MARSHALL, T. H. Idem, ibidem, p.112

5 PIZZORNO, A. Op. cit, p.47.

quanto Marshall admite a existência ampla desta igualdade entre todos os cidadãos que gozam do *status* de pertencer a uma mesma comunidade, independentemente de sua posição social, para Pizzorno a igualdade aparece nos "sistemas de solidariedade"⁶, em situações criadas em torno de um objetivo comum, onde as desigualdades deixam de aparecer, pelo menos circunstancialmente.

Na perspectiva de Pizzorno, o fato de mais cidadãos terem direito à participação amplia o espectro das desigualdades, à medida que cada um participa livremente com suas características individuais, ou seja, com suas propriedades, sua renda, com seu prestígio, enfim, com a cota de poder que sua posição social lhe confere.

A análise da participação política, entendida amplamente como uma das "pertinências civis" que podem ter os indivíduos que participam da sociedade, desenvolvida por Pizzorno⁷, permite-nos concluir que, quanto mais elevada a posição social de uma pessoa, melhores possibilidades ela terá de participação em diferentes níveis e circunstâncias, estando presente em diferentes atividades.

O poder de influência que uma atividade possibilita a um indivíduo se reflete automaticamente sobre outras que ele desempenha. Por esta situação favorecida, o indivíduo terá maior "capacidade" e maior interesse em participar politicamente - participação esta sempre entendida amplamente - usufruindo das facilidades de contato que tem em diferentes esferas.

6 Sobre "sistema de interesse", "sistema de solidariedade" e possibilidades de participação no interior deles, ver PIZZORNO, A. Op. cit, p.35-38.

7 Pizzorno explica a participação política por dois modelos básicos: o "modelo de consciência de classe" e o "modelo da centralidade". Pensando em termos de participação numa sociedade de classes, através de canais considerados "normais" e "legais" - que normalmente não levam a movimentos coletivos de confrontação com o sistema - o "modelo de centralidade" é o instrumental mais adequado. É o contexto no qual nos localizamos neste artigo, tratando de sistema educacional e livro didático. O "modelo de centralidade" tem como elemento básico a posição social do indivíduo que é medida através da correlação de diferentes fatores como renda, profissão, instrução, nível de posição social e a posição do indivíduo em relação ao "centro" do grupo - mais próximo ou mais distante - o que determinaria suas possibilidades de participação neste grupo.

As análises sobre cidadania e participação desenvolvidas por Marshall e Pizzorno nos parecem insatisfatórias quanto à possibilidade real de participação que pode ter o indivíduo no seio de uma sociedade de classes.

Em uma sociedade capitalista as decisões são centralizadas no âmbito das classes e grupos dominantes. Estes exercem um grau decisivo de poder e de controle sobre os meios de decisão política, tanto fora como no interior do Estado. Atuam fora e sobre o Estado através de pressões que fazem às empresas e organizações políticas, sociais e culturais criadas e mantidas por estes grupos. E atuam no interior do Estado através da representação direta nas cúpulas políticas, administrativas, etc. Vale lembrar o papel e a força do *lobby* privatista em relação à educação na Assembléia Constituinte hoje.

Os indivíduos com melhores posições na hierarquia vertical da divisão do trabalho - e do capital - são também os melhores colocados na hierarquia das tomadas de decisão. São aliados do processo - a não ser quando criam mecanismos próprios de pressão - os indivíduos que não se incluem nas posições privilegiadas da estrutura social, e que representam a maioria de seus membros.

Nestes termos, consideramos altamente questionável a colocação de que os direitos de cidadania podem ser exercidos igualmente por todos aqueles que fazem parte de uma mesma sociedade, especialmente de uma sociedade de classes como a brasileira, incontestavelmente desigual.

O que pretendemos ressaltar com esta "retomada conceitual" são os limites que a própria conceituação - historicamente desenvolvida - de cidadania coloca, em suas raízes liberais. Logicamente reconhecemos as possibilidades e a importância do exercício efetivo da cidadania na direção da transformação das condições sociais consideradas injustas. Mais que isso, consideramos a conquista desta cidadania plena uma tarefa fundamental para todos nós, hoje, em todas as instâncias. Ainda assim, insistimos nos limites que a própria concepção de cidadania defendida na atualidade carrega historicamente, quanto à perspectivas de alteração de um sistema de classes.

ü que se coloca na discussão que nos propusemos a desenvolver neste artigo é que nem mesmo "esta" cidadania a escola atualmente consegue

desenvolver e estimular.

Presente no objetivo geral do ensino de primeiro e segundo graus, expresso na Lei nº 5.692, de 1971, o "preparo para o exercício consciente da cidadania" é considerado como um dos objetivos primeiros a ser alcançado por Estudos Sociais, desde sua origem. E conhecer como este objetivo é desenvolvido, em Estudos Sociais, foi o elemento disparador de nossas reflexões.

Focalizando nossa análise em livros didáticos de Estudos Sociais de primeira a quarta série do primeiro grau, percebemos a presença marcante, com exceções, de uma "não-orientação" para o exercício da cidadania, em outros termos, de uma não-orientação para a participação real na sociedade em que vive o aluno.

Se considerarmos que as diretrizes oficiais para a educação se refletem nos conteúdos veiculados pelos livros didáticos de maneira geral; se considerarmos que o livro didático, pela amplitude de sua utilização em sala de aula, indica o conteúdo que é desenvolvido na disciplina, detectando a natureza da cidadania que é estimulada junto ao aluno-leitor, estamos detectando também as contribuições dadas pelos Estudos Sociais e pela escola para a preparação do indivíduo para o "exercício consciente da cidadania".

Uma das maneiras eficazes de **não** contribuir para o preparo do cidadão é lesar o aluno de um conhecimento o mais real possível da sociedade em que ele vive, da história desta sociedade, do processo de formação e transformação dela, etc. - condições essenciais para uma atuação efetiva do indivíduo, em termos sociais e coletivos, e condições que a escola brasileira hoje está longe de desenvolver.

A não-participação, ou mais grave, a "pseudo-participação", é sugerida por diferentes caminhos. Seja pela análise idealista, estática e fragmentada que os autores fazem da realidade social - e que é, em última análise, o próprio conteúdo de Estudos Sociais; seja pela visão do mundo - parcial - dos autores, que é passada como normatizadora da realidade; seja pela ausência de questionamentos sobre situações que o aluno pode vi-

venciar diretamente (escola, família, trabalho, etc); seja pela não valorização da opinião do aluno; seja pela proposição de atividades castradoras do desenvolvimento de habilidades intelectualmente significativas para o aluno, etc.

Assim, as relações sociais mais profundas são omitidas para se tratar as pessoas como indivíduos em si, não colocados concretamente na estrutura social onde ocupam diferentes posições, as quais determinam a natureza das relações estabelecidas. Esta concepção torna possível que as relações entre o branco e o negro no Brasil Colônia, por exemplo, sejam mostradas isentas de contradições: era um relacionamento até equilibrado, entre pessoas diferentes, e não entre um grupo na posição de colonizador e o outro na de colonizado, posições que inevitavelmente tornam ilusório o equilíbrio nas relações entre os dois grupos.

A forma idealizada de mostrar a realidade aparece constantemente nos livros. Assim, é comum a presença de estereótipos bem conhecidos, como o homem do campo, apresentado como o homem puro, simples, sem ambições, que recebe de volta tudo o que dispendeu na "terra abençoada"; ou o índio, como aquele personagem de procedimentos rudimentares e primitivos não afeito às exigências do trabalho e nem às tarefas sistemáticas; ou o brasileiro, como o homem sempre bem humorado, criativo, mais improvisador e menos "rigoroso" em suas atitudes.

Na mesma perspectiva, desvinculadas do movimento da sociedade, as transformações sociais aparecem como resultado da interferência de grandes personagens da nossa história; estes carregam, em si mesmos, a possibilidade de transformações sociais, estando sistematicamente ausente deste processo o "cidadão comum", o que não é personagem ilustre.

Via de regra, a participação nos movimentos sociais é analisada e avaliada a partir de resultados mensuráveis e observáveis que tenham alcançado estes movimentos, esvaziando-se toda a ação de denúncia, de difusão de posições diferentes, de possibilidade de movimentação de setores da sociedade, que inevitavelmente ocorrem no seio de um movimento social, independentemente do "resultado final" que possa apresentar.

Além disso, vem normalmente acompanhada de uma conotação negativa por causa do desarrajo e desarmonia que provocam na estrutura social.

Os padrões de comportamento valorizados são os desenvolvidos e reforçados entre as classes privilegiadas, enfatizando-se a harmonia entre as relações sociais. Há um modelo implícito de família onde o pai geralmente tem uma profissão liberal; a mãe não trabalha fora de casa e cuida dos filhos e das atividades domésticas o dia todo, com muita paciência e dedicação; os filhos ou fazem a "lição de casa" ou brincam, obedecendo as ordens emitidas pelos pais. O trabalho não aparece na vida da criança, o que contradiz a realidade de grande parte das crianças brasileiras em idade escolar.

Em termos gerais, a sociedade brasileira aparece como harmônica e homogênea, onde existe igualdade de participação, onde os brasileiros têm comportamentos, sentimentos, expectativas de vida padronizados, independentemente de sua situação de classe e até mesmo da região do Brasil onde vivem.

E ainda, a participação do aluno é desencorajada até mesmo pelas questões metodológicas das atividades que os livros apresentam, tal como a ênfase na solicitação de respostas que se resumem a repetir palavras que já estão no texto, assinalar alternativas corretas, relacionar colunas diferentes, fazer palavras cruzadas, e pouco mais que isso. São atividades que não solicitam do aluno a elaboração de respostas, interpretações, soluções, relacionamento entre informações, em suma, não solicitam do aluno um posicionamento em relação às questões abordadas.

Em nossa interpretação, os livros didáticos de Estudos Sociais, em sua maioria, contribuem pouco ou nada em relação ao preparo para o exercício da cidadania, numa disciplina onde a tônica deveria ser nessa direção, deveria ser a discussão, interpretação e possível interferência dos alunos (ou pelo menos disponibilidade para tal) nos rumos da sociedade em que vivem, objetivando situações sociais mais justas e condições de vida mais igualitárias, condições mínimas para a conquista e o aperfeiçoamento do exercício pleno da cidadania na sociedade brasileira.

FREITAG, Barbara et alii. **C estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, INEP/REDUC, 1987. 129p.

Procurando analisar, criticar, avaliar e sintetizar a trajetória do livro didático no País, nos últimos vinte anos, Barbara Freitag, Valéria Rodrigues e Wanderly Ferreira partem do pressuposto de que este estudo "não pode ser feito isoladamente, focalizando-se o livro didático em si". Ao contrário, buscam considerar o contexto geral do sistema educacional, a produção cultural e literária e como as questões referentes ao tema são tratadas nos demais países.

A análise da legislação sobre o assunto remonta à década de trinta, por ser a partir deste período que os decretos e leis aparecem com mais frequência, apesar de aparentemente desordenados, e por ser, também, a partir de então "que se desenvolve, no Brasil, uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico".

O Instituto Nacional do Livro (INL) é criado em 1937 contando com uma coordenação voltada especificamente para o livro didático. Em 1938, ocorre a primeira definição oficial do livro didático e a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), posteriormente ampliada em 1939 e fortalecida em 1945 com a função de realizar, inclusive, o controle político e ideológico.

Com o regime militar, intensificam-se as relações com os norte-americanos. Assinam-se diversos contratos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional. Esses contratos passam a ser conhecidos como acordos MEC/USAID e, Concomitantemente, é criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).

Não obstante tenham sido denunciados na época por possibilitar aos americanos o controle do mercado do livro didático e ideológico "de uma

fatia substancial do processo educacional brasileiro" os acordos MEC/USAID foram incrementados.

A Fundação Nacional do Material Didático (FENAME) é criada em 1968. Extingue-se a COLTED em 1971 com a criação do Programa do Livro Didático (PLID), subordinado ao INL, que a partir de 1976 é assumido pela FENAME.

Com o lançamento das diretrizes básicas do Programa do Livro Didático - Ensino Supletivo (PLIDDEF) em 1980, aparece, explicitamente, pela primeira vez, a "vinculação da política governamental do livro didático com a criança carente".

Em 1983, com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), ocorre a centralização da política assistencialista do governo, pois passam para o arcabouço administrativo da FAE diversos programas que abrangem desde o livro didático às bolsas de estudo e alimentação escolar.

Em 1984, é criado o Comitê de Consultoria para a área didático-pedagógica, composto de cientistas e políticos. Mesmo sem os poderes das comissões anteriores (CNLD e COLTED) o Comitê pouco durou, sendo extinto em 1985. Sua atuação restringiu-se a "algumas sugestões, discutidas ainda com o primeiro presidente da FAE. Elas acabaram sendo parcialmente integradas" à nova legislação, que busca além de "corrigir algumas anomalias" a "descentralização administrativa do Programa Nacional do Livro Didático, sugerindo que a escolha do livro seja feita pelo professor que o utiliza em sala de aula".

Antes de passarem para o segundo capítulo que trata da política do livro didático, as autoras chamam a atenção para a falta de "uma memória das políticas públicas desenvolvidas em relação ao livro didático no ministério competente" pois sua história não foi sistematizada pelos órgãos do MEC e, nem tampouco, pelos intelectuais brasileiros.

A política do livro didático é abordada, inicialmente, a partir do debate desenvolvido a respeito de sua centralização.

Não obstante a centralização proporcionar a racionalização do processo decisório, "um órgão centralizado é mais vulnerável à corrupção, registrada em praticamente todas as questões responsáveis pelo livro didático, tendo de enfrentar o **lobby** das editoras, o favorecimento em licitações, o uso do material didático para campanhas eleitorais, favoritismos do poder local", além de impossibilitar a manifestação de outras tendências políticas e ideológicas.

Ainda neste tema é discutida a regionalização do livro didático. Uns querem que o professor confeccione em sala de aula o material didático de que necessita, abolindo o livro didático. Outros, mais moderados, desejam a "adequação do conteúdo do livro didático, especialmente a cartilha de alfabetização, à especificidade cultural e lingüística da região em questão. Por extensão, foi ainda incluída no projeto da regionalização a adequação das cartilhas às características específicas das crianças ditas **carentes** que vivem nas periferias urbanas e nas áreas rurais, em condições de pobreza".

No final da década de setenta, alguns estados passaram a encorajar a idéia da cartilha regional. Essa idéia ganhou novo alento com a disposição do MEC de promover, em dez estados das regiões Norte e Nordeste, pesquisa participante, visando a elaboração dessa cartilha. No entanto, os executores dos projetos chegaram a resultados distintos.

Apesar dos riscos de a cartilha regional exacerbar as desigualdades existentes, por privilegiar um universo cultural restrito, existem experiências bem sucedidas, como a **Cartilha da Amazônia**, eficaz há mais de sete anos, certamente, graças ao fato de o material de ensino ser determinado pelo comportamento do aluno e o **Projeto Alfa**, desenvolvido por Ana Maria Poppovic, no início da década de setenta, em São Paulo.

Inicialmente o projeto contou com o apoio da Secretaria de Educação de São Paulo, que distribuía, gratuitamente, o material didático, nas escolas da grande São Paulo. Este material chegou a ser incluído nas listas de

ofertas da FENAME, mas "apesar de sua **eficácia pedagógica**, comprovada por mais de uma década" foi retirado das listas e, o projeto, desativado, por ser considerado de alto custo financeiro.

Após comentarem os diversos erros teóricos e metodológicos do Projeto ABC, desenvolvido em Brasília, e o excelente trabalho realizado em Porto Alegre pela equipe do GEEMPA (Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação), que tem obtido índice de aprovação acima de noventa por cento, as autoras ressaltam que a regionalização da cartilha exige, além de um estudo teórico e metodologicamente bem fundamentado, condições estruturais propícias, como alto nível de qualificação dos profissionais da educação, um sistema educacional que disponha de recursos financeiros suficientes para assegurar o desenvolvimento do projeto segundo altos padrões de qualidade e lembra que a regionalização do livro didático só faz sentido para os níveis iniciais de alfabetização.

Ao discutirem a avaliação do livro didático e a polêmica travada em torno do livro descartável, as autoras sugerem que a avaliação do livro didático deixe de ser feita por comissões ou instituições estatais, evitando-se, assim, que sejam manipuladas pelos interesses das editoras, dos políticos fisiológicos e clientelistas e dos aparelhos repressores do Estado, e passe a ser realizada por "comissões mistas, integradas por representantes de todos os setores da sociedade, como vem sendo praticado em alguns países como a Suíça, Áustria e Alemanha Federal."

Ao patrocinar o uso do livro descartável em todo o território nacional, o governo militar impôs, não só o livro em si, como material didático, mas também, uma concepção psicológica que tolhe o desenvolvimento do raciocínio, criatividade e da dimensão crítica, inculcando um modelo de comportamento mecânico e robotizado: "os livros descartáveis baseados nas teorias psicológicas do **stimulus-response** procuram transformar os alunos em 'cãezinhos pavlovianos' que 'salivam' de acordo com os estímulos dosados pelos livros".

"A moderna psicologia da criança rejeita essa concepção do comportamento e aprendizado humano, sugerindo um modelo teórico alternativo,

de outra qualidade. Trata-se, via de regra, de modelos cognitivos que têm uma visão **dinâmica** do processo de aprendizado, em que a criança tenha um papel **ativo** na construção do seu conhecimento baseado em uma **interação** da criança com seu meio".

As autoras advertem para a necessidade de se realizar uma revisão psico-pedagógica e de conteúdo do livro para que as novas medidas, tomadas em 1985, reintroduzindo o livro durável, possam alcançar resultados desejados.

Ao analisarem a política do livro didático para os carentes, as autoras chamam a atenção para o fato de ser comparativamente "mais fácil, ao governo, investir em programas assistencialistas do que buscar a superação das contradições profundas que caracterizam a estrutura de classes brasileira" e que a assistência à criança carente tem, na verdade, camuflado a real intenção do Estado: amparar o mercado editorial brasileiro.

A economia do livro didático quase não tem sido discutida pelos políticos, técnicos e cientistas brasileiros, "contrastando negativamente com seus colegas estrangeiros".

A interferência do Estado no processo de produção do livro didático chega a surpreender. Além de comprar a matéria-prima (estoques reguladores de mercados), determina o seu conteúdo, compra e divulga-o (listas de ofertas) e o distribui para as escolas através do correio e frete de transporte.

A FAE comprou, em 1986, aproximadamente 45 milhões de livros didáticos. Destes, aproximadamente 41 milhões (92,2%) "foram fornecidos por apenas dez editoras" e o restante (7,8%) é deixado "para quase 400 editoras que participam do mercado".

Após mostrar que o livro didático tem sido o grande negócio das editoras e livrarias e que "no Brasil é uma mercadoria produzida pela indústria cultural", pois tem assumido as suas características de produção em massa, padronização, perecibilidade e caráter ideológico, as autoras

passam a analisar os estudos referentes ao conteúdo.

Os estudos sobre o conteúdo do livro didático são numerosos. O primeiro trabalho bem fundamentado teoricamente, **O Ensino da Leitura: o Método e a Cartilha**, de Rafael Grisi, é datado de 1951. Nele o "autor analisa a fundo os pressupostos da psicologia behaviorista, mostrando sua inadequação para os processos de aprendizado da leitura e escrita (...) mostra a necessidade de desvincular a cartilha do associacionismo de Pavlov e Skinner em favor da teoria da Gestalt de Hohler e Wertheimer que viriam inspirar a moderna psicologia genética" e conclui com a denúncia de que as cartilhas baseiam-se em concepções psicológicas obsoletas.

Após descrever os principais trabalhos em andamento, quais são, onde estão e quem os realiza, as autoras detêm-se em analisar, separadamente, os dois grupos em que se dividem os enfoques das pesquisas: o psico-pedagógico e o ideológico.

Os estudos psico-pedagógicos "demonstram um grau elevado de maturação teórica, sofisticação metodológica e seriedade científica, acompanhando a discussão travada internacionalmente sobre a qualidade dos livros didáticos. Seus autores já assimilaram a tendência apontada por Case & Bereiter (1984) e Piouret (1981) de fortalecimento da fundamentação cognitivista". No entanto, os autores dos livros didáticos, editores e burocratas insistem em não os ouvir, preferindo incorrer, sistematicamente, nas mesmas falhas que a comunidade científica vêm denunciando desde a década de quarenta e, mais intensamente, nos últimos dez anos.

Contrastando com pesquisadores da França, Argentina e União Soviética, percebe-se que os cientistas brasileiros "não se apropriaram de uma série de alternativas de interpretações do texto infantil usado na escola, sugeridas por autores como Bettelheim (1976), Bettelheim & Zelan (1981) e Benjamin (1984)".

Com relação ao enfoque ideológico das análises de conteúdo dos livros didáticos, destaca-se que, apesar da heterogeneidade temática dos estudos (violência, discriminação racial, nacionalismo, estereótipos masculinos e femininos, questão da mulher, modelos culturais, etc), há uma "certa fixação teórica em Althusser e Gramsci por um lado e Bonnazzi &

Eco por outro, sem que a maioria dos estudos tenha conseguido desenvolver uma pesquisa metodologicamente e teoricamente original".

Ainda neste tópico, as autoras analisam as principais questões teóricas relativas à ideologia do livro didático; comentam algumas interpretações ideológicas, realizadas por pesquisadores brasileiros, de determinados textos didáticos, também citados, e ressaltam a falta de comunicação entre os pesquisadores que têm como enfoque os aspectos psico-pedagógico-lingüísticos e os pesquisadores que examinam o livro didático sob o ângulo ideológico.

*Vale transcrever, antes de passarmos para o capítulo que trata do uso do livro didático a posição das autoras diante da complexa polêmica sobre a **adequação do livro didático a uma classe específica** (como muitos procuram fazer ao substituírem o conteúdo ideológico burguês por um ideológico obreiro): "A universalidade cultural, expressa na linguagem culta e nos padrões estéticos da grande literatura, é, a nosso ver, o que de melhor a escola pública pode oferecer à criança carente para que ela adquira as condições cognitivistas e lingüísticas de sair de sua condição de classe: condições necessárias, embora obviamente não suficientes. A escola e o livro didático, que negaram essa universalidade à criança oriunda das classes populares, estão reforçando, com uma segregação cultural, a segregação sócio-econômica em que ela já vive de fato. Pois o elemento da universalidade já contém, em seu bojo, todos os particularismos - o da criança carente e o da criança privilegiada - mostra seu entrelaçamento no interior de uma sociedade de classes, e aponta o caminho para viver a contradição e superá-la".*

Ao analisarem o uso do livro didático, as autoras, constataram que professor e aluno não são considerados em nenhuma das etapas do processo que envolve o livro didático, que vai da legislação à crítica da comunidade científica.

O livro didático chega ao aluno como um produto da indústria cultural, pronto para o consumo, mas sem considerar os seus níveis cognitivos, lingüísticos e de informação.

Os setores governamentais responsáveis pela educação não têm investido nos professores, pois estes, mostram-se desinformados, não lêem, mas têm condições intelectuais para avaliarem criticamente o livro que adotam e acabam subjugados pelos próprios livros, que deixam de ser instrumentos de ensino para tornarem-se a autoridade absoluta.

Embora deixe muito a desejar, o livro didático é indispensável em sala de aula. Sua manipulação, no entanto, depende de habilidade e do nível de formação do professor.

*Para assegurar esta habilidade e formação aos educadores brasileiros, a universidade poderia contribuir melhorando os cursos de licenciatura, reciclando os profissionais do mercado, pesquisando sobre o sistema educacional e constituindo equipes de especialistas, objetivando elaborar livros com conteúdos mais universais e mais atualizados do ponto de vista científico". Além da universidade, a sociedade, também, poderia participar dessa tarefa valorizando a educação e exercendo pressões sobre o "governo e o legislador para que de fato **valorizem politicamente a educação**".*

*Concluindo, as autoras insistem na necessidade de se encontrar uma solução democrática que envolva políticos, técnicos, burocratas, pesquisadores, representantes de associações, pais, alunos e professores e procure caminhar na direção do "**livro didático voltado efetivamente para o aprendizado criador da criança**".*

Roberto Cossich Furtado

MOYSÉS, Lúcia Maria Moraes. **O cotidiano do livro didático na escola: as características do livro didático e os alunos.** Brasília, INEP, 1985, 93p.

O trabalho de pesquisa As Características do Livro Didático e os Alunos, que Lúcia Maria Moraes Moysés desenvolveu, faz parte de um dos subprojetos que compõem o projeto O Cotidiano do Livro Didático na Escola de Alves (1985) e tem por objetivo levantar informações que possam ajudar a formar um quadro de referência, o mais amplo possível, sobre a utilização do livro didático nas escolas.

A pesquisadora tece algumas considerações, afirmando que pesquisas anteriores apontam que "o professor usa como um dos critérios básicos para a escolha do livro didático a possibilidade dele vir a ser um instrumento agradável e útil. Assim, por exemplo, um livro ilustrado e colorido pode pesar bastante na escolha, por parte do professor, pensando que tais características agradam ao aluno".

Lúcia Moysés afirma, também, que "não se tem notícias de nenhum trabalho publicado sobre o que pensam os nossos alunos a respeito dos livros didáticos que os professores adotam. Se o aluno não é consultado, de que forma o professor consegue chegar à conclusão de que determinados livros agradam mais do que outros?"...

Diante dessa hipótese é que a autora se propôs a realizar essa pesquisa com alunos das escolas públicas de 1^o grau, para saber quais são suas preferências, suas idiossincrasias, suas opiniões, suas críticas e até mesmo suas resistências em relação a esse recurso didático, cuja escolha tem sido feita à revelia, isto é, sem a participação dos usuários.

Ela pretende saber, ainda: quais são, de fato, as características que um livro didático deve ter para ser útil e agradável? Que aspectos são capazes de despertar nos alunos uma motivação para realizar as atividades envolvidas no processo de aprendizagem?

Face a estes questionamentos é que a autora tentou, através do estudo de caso, sistematizar os conhecimentos a esse respeito, a partir do "aluno concreto e da forma como ele vê o livro didático", inclusive captando suas opiniões e submetendo-as, posteriormente, a uma análise crítica de especialistas.

A pesquisadora, por falta de uma bibliografia específica sobre o tema, tomou como fundamentação teórica exatamente aqueles critérios que os professores dizem usar na escolha do livro didático, que são: agradável e utilidade. É com base nestes dois aspectos e na literatura existente (Alves, 1985; Bettelheim, 1984; Saviani, 1981 e outros) que a autora desenvolveu o seu trabalho, esclarecendo que, em termos de revisão dos pressupostos teóricos, foi dado maior ênfase ao segundo aspecto dos critérios. Assim, livro útil é aquele que, apresentando o saber socialmente construído de forma sistematizada, desafia permanentemente o aluno a questionar o mundo à sua volta. É o livro que favorece o debate, o questionamento; que não aceita respostas prontas e acabadas e que não raciocina pelo aluno. Segundo Saviani (1985), só para citar um dos autores utilizados por Lúcia Moysés, o livro útil é aquele que serve como "elemento estimulador a professores e alunos, no sentido de aguçá-los a capacidade criadora, levando-os a descoberta e usos de novos recursos, através de sugestões múltiplas e ricas".

No que se refere à metodologia, a pesquisadora selecionou seis escolas de 1^o grau da rede pública de Niterói e São Gonçalo (RJ), compreendendo cinco grupos de alunos da 2^a série, três da 3- e três da 8-, num total de 11 grupos, visando identificar e analisar a percepção que seus alunos têm do livro didático.

Nesse universo, a pesquisa foi desenvolvida em 3 etapas: 1-) debates em grupos de alunos; 2^a) observação dos alunos, utilizando o livro didático em sala de aula e 3^a) debates com professores, coordenadores e dirigentes das escolas, para analisar os resultados obtidos entre os alunos.

A autora não esqueceu, também, de detalhar a caracterização das escolas, dos professores e, de maneira especial, dos alunos que compõem a amostra da pesquisa. Como resultados mais relevantes, verificou que: na 2- série, "os alunos manifestaram desejo de que o livro didático falasse de seu cotidiano de criança pobre", ou seja, do seu dia-a-dia; enquanto que, na 5- e 8- séries, os resultados evidenciaram que os alunos preferem livros que os levam a compreender aos que os forçam a decorar; percebem que "o livro didático nem sempre fala a verdade e que apresentam uma visão de mundo distante da realidade"; gostariam de "ser ouvidos na escolha do livro didático" e, conseqüentemente, serem considerados não como **objetos**, mas como **sujeitos** no processo de escolha; consideram imprescindível a explicação do professor para entender o livro, sobretudo, em Matemática, História e Geografia; apesar de expressarem um certo amor pelos livros, os alunos não hesitam em achar justa a medida que os obrigam a devolvê-los no final do ano. Quanto ao aspecto ideológico, constatou, ainda, que há uma contradição entre o que os livros pretendem inculcar nos alunos e o que pensam a esse respeito.

Esses resultados foram submetidos pela autora a dois tipos de análise: uma mais **quantitativa**, objetivando caracterizar os sujeitos da pesquisa e outra **qualitativa**, para interpretar o material coletado à luz das seguintes categorias: compreensão do material exposto no livro didático; aspectos de apresentação; ideologia dos textos; relação afetiva entre o aluno e o livro; papel do professor e aquisição e posse do livro didático. A pesquisadora, através dos instrumentos utilizados, a saber, formulários, questionários, roteiros de debates e fichas de observação em sala de aula, demonstrou ter conseguido obter os resultados esperados, no que se refere, especificamente, à percepção, informações, críticas e sugestões dos alunos de 1^o grau sobre o processo da escolha do livro didático.

Ao concluir, a autora propõe uma reflexão sobre os resultados que, a seu ver, merecem ser levados em consideração, e manifesta também, interesse em dar continuidade à pesquisa, porém buscando informações junto aos professores, para assim repensar melhor a questão da escolha do livro didático na escola.

Samuel Aureliano da Silva

O Livro Didático

- ABPAMOVICH, FANNY. **O estranho mundo que se mostra às crianças**. São Paulo, Summus, 1983.
- AFFONSO, Maria Eugênia. O crescimento (desordenado) do livro. **Gazeta Mercantil: administração e serviços** (3): 16, dez. 1981.
- AGUIAR, Vera Teixeira. **Que livro indicar?** Interesses do jovem leitor. Porto Alegre, Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1979.
- ALBUQUERQUE, Francisco F. L. de. Que sabemos sobre o livro didático? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 61(138):218-23, abr./jun. 1976.
- ALMEIDA, Lailson de. A história do Brasil: por uma visão crítica. **Revista da ETFRN**, Natal (1):13-5, ago. 1985.
- ALVES, Nilda. **O cotidiano do livro didático**: a articulação do conteúdo e do método nos livros didáticos. Brasília, INEP; Rio de Janeiro, FLACSO, 1987.-2V.
- _____ et alii. O livro didático na área de comunicação e expressão: algumas idéias. **Leitura: teoria e prática**, Campinas (4):26-32, 1985.
- ANDRADE, Sônia Maria Viegas de. O livro didático. **Caderno Pedagógico**, Belo Horizonte, (1):47-54, ago. 1984.
- BALAU, Virgínia Lopes. **Texto didático**: reflexão sobre análise de conteúdo e análise do discurso. São Paulo, PUC, 1982. tese (mestrado)
- BARBOSA, José Juvêncio. Crônica do livro infame. **ANDE**, São Paulo, 5(10): 17-9, 1986.
- BERTUSSI, Guadalupe Teresinha. A escolha do livro didático: o modelo mexicano. **Leia**, São Paulo, 8(92), jun. 1986.
- BIBLIOGRAFIA nacional sobre leitura e livro didático: 1980-1984. São Paulo, USP, Faculdade de Educação, 1984. mimeo.
- BITTENCOURT, Solange Torres. **Livro didático de português**; diagnóstico de uma realidade. Curitiba, UFPR, 1981. tese (mestrado)
- BOMÉNY, Maria Helena Bousquet. O livro didático no contexto da política educacional. In: OLIVEIRA, J. B.A. et alii. **A política do livro didático**. São Paulo, Summus, 1984.
- BONAZZI, Marisa & ECO, Umberto. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo, Summus, 1980.
- BORGES, Gilberto Luiz de A. **Utilização do método científico em livros didáticos de ciências para o primeiro grau**. Campinas, UNICAMP, 1982. tese (mestrado)
- BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular** leituras operárias. Petrópolis, Vozes, 1973.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Política do livro didático**. Brasília, 1985.
- CARMO, Sandra Souza. **O difícil diálogo com o livro infantil**. Brasília, UnB, 1983. tese (mestrado)
- CASASSANTA, Theresinha & GONDIM, Maristela M. R. Sugestões para explorar a literatura infantil na 1ª série. **AMAE Educando**, Belo Horizonte, 13(128), dez. 1980.

- COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**. São Paulo, Quíron, 1984.
- EM ABERTO livro didático. Debate televisionado sobre o livro didático; realização em 23/03/87, no Rio de Janeiro, organizado pelo INEP e FUNTEVÊ. Participantes: Maria Helena Silveira (UFRJ), Suzie Sperber (UNICAMP), Eloisa Höfling (UNICAMP), Nilda Alves (UFF) e David Carraher (UFPE).
- EMEDIATO, L. F. Livro didático: a cultura da espoliação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 fev. 1979; **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 1979.
- ESPOSITO, Yara Lúcia. **Cartilhas e materiais didáticos**: critérios norteadores para uma política educacional. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Brasília, INEP, 1984.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 3 ed. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1985. 93p. (Coleção polêmicas do nosso tempo).
- FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- FLOREZANO, Maria Beatriz B. O professor e o livro didático. **Plural**, São Paulo (6): 17-20, jul./ago. 1980.
- FONTES, Joaquim Brasil. O livro didático e a boa comunicação. **Leitura: teoria e prática**, Porto Alegre, 3(3) jul. 1984.
- FRACALANZA, Hilário. **O conceito de ciência veiculado por atuais livros didáticos de biologia**. Campinas, UNICAMP, 1982. tese (mestrado)
- Ciência e livros didáticos de biologia. **Educação & Sociedade**, São Paulo, 7(22): 138-48, set./dez. 1986.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **História do Brasil**: a versão fabricada nos livros didáticos de 2^o grau. São Paulo, PUC, 1981.
- O livro didático de História do Brasil: algumas questões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (41):22-7, maio 1982.
- O livro didático e o Estado. **ANDE**, São Paulo, 1(5):19-24, 1982.
- O livro didático no Brasil**. São Paulo, Global, 1982.
- A política do livro didático a nível da legislação. **Plural**, São Paulo, 3(6):25-41, jul./ago. 1980.
- , coord. **Projeto Material Didático**. Campinas, UNICAMP; Brasília, INEP, 1987.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo, Cortez, 1982.
- Pedagogia del oprimido**. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Alfabetização e universo cultural**: análise das cartilhas utilizadas nas escolas da cidade de Campinas. Campinas, UNICAMP, 1979.
- FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS - FUNBEC. **Iniciação à ciência**: guia dos professores, São Paulo, EDART, 1974.
- Laboratório básico Polivalente de ciências para o primeiro grau**: manual do professor. Rio de Janeiro, FENAME/PREMEM/DEF, 1978.
- Simpósio sobre o livro didático**: memória. São Paulo, 1983.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR. **PLIDEF**: programa do livro didático. Brasília, 1980.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR. **PLIDEF**: programa do livro didático. Brasília, 1980.

_____ **Programa nacional do livro didático**. Brasília, 1976.

FUNDAÇÃO PARA O LIVRO ESCOLAR. **Treinamento**: avaliação do livro texto. São Paulo, s.d.

GASTELOIS, Maria Magdalena Leina. Conteúdo do livro didático: possibilidades do livro didático no encaminhamento de aprendizagem. **Caderno Pedagógico**, Belo Horizonte, 1:31-40, ago. 1984.

GERALDI, João Wanderley, org. **O texto na sala de aula**. Cascavel, Assoeste/UNICAMP, 1984.

GRILO, Rui Alves. Como escolher uma boa cartilha. **Nova Escola**, São Paulo, 1(5):36-41, ago. 1986.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. A concepção da cidadania veiculada em livros didáticos de estudos sociais do primeiro grau. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 65(149):201, jan./abr. 1984.

O "ÍNDIO" nas nossas escolas; relatório final. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1985. 370p.

KEIM, Ernesto Jacob. **Abordagem das relações entre os componentes ambientais nos livros didáticos de 1º grau**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1984. 114p. tese (mestrado)

LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola**. São Paulo, USP, 1979. tese (doutorado)

LENHARD, Rudolf. A ideologia nos livros escolares. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 8(2):93-102, maio/ago. 1983.

LIMA, Marley Rangel de. Construção e validação de instrumento de avaliação do livro didático de estudos sociais. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, 13(60):57-68, set./out. 1984.

_____ **Construção e validação de um instrumento para avaliação do livro didático de estudos sociais da 8ª série do 1º grau**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. 58p. tese (mestrado)

O LIVRO didático de comunicação e expressão; sua adequação a um ensino de qualidade. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, s.d. 105p.

O LIVRO didático no Brasil. São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, 1981. mimeo.

LORENZ, Karl M. Os livros didáticos e o ensino de ciências na escola secundária brasileira no século XIX. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 38(3):426-35, mar. 1986.

MACEDO, Joana D'Arc de Paula. A cartilha e a produção de textos. **Educação em Mato Grosso**, Cuiabá, 8(30):42-58, 1985.

MARIZ, Cecília Loreto. **Texto didático e criança carente**. Recife, PIMES, 1982. tese (mestrado)

MATOS, Francisco Gomes & CARVALHO, Nelly. **Como avaliar um livro didático**: língua portuguesa. São Paulo, Pioneira, 1984. 78p. (Biblioteca pioneira de ciências sociais - educação. Série estudos interdisciplinares).

MEDINA, L. A. **A função social do livro**; uma política integrada do livro. São Paulo, SNEL, 1976. v. 1.

MELO, Vanusa Barbosa de Figueiredo. O livro didático; pontos a ponderar. **Revista Pedagógica**, Belo Horizonte, 1(2):4-6, mar./abr. 1983.

_____ Considerações sobre o livro didático. **Revista Pedagógica**, Belo Horizonte, 1(3):41-4, maio/jun. 1983.

MENEZES, Humberto Peixoto. A lingüística aplicada ao livro didático de português. **Legenda**, Rio de Janeiro, 4(8):21-7, 1984.

MOLINA, Olga. **Avaliação da inteligibilidade de livros didáticos de 1º e 2º graus por meio da técnica Cloze**. São Paulo, USP, 1979. tese (doutorado)

_____ O livro didático e as habilidades de estudo. **Leitura: teoria e prática**, Porto Alegre, 3(4) dez. 1984.

_____ **Quem engana quem**: professor x livro didático. Campinas, Papyrus, 1987. 133p.

NASSIF, Luiz Alberto de Lima. **O conceito de ciência veiculado por materiais didáticos**: uma análise do curso de física do PSSC. São Paulo, PUC, 1976. tese (mestrado)

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo, PUC, 1978. tese (mestrado)

_____ São Paulo, Cortez, Moraes, 1979.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. Reflexões sobre o livro didático. **Caderno Pedagógico**, Belo Horizonte, 1:13-26, ago. 1984.

_____ **O livro didático**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Cartilhas de alfabetização e a regionalização do livro didático**. Rio de Janeiro, ABT, 1984 mimeo.

_____ O livro didático; os livros descartáveis; exigência pedagógica ou apenas um bom negócio? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (44):90-4, fev. 1983.

_____ **O livro didático na escola de 1º grau**. Brasília, 1985. mimeo.

_____ **A pedagogia e a economia do livro didático**. Rio de Janeiro, ABT, 1983. 74p.

_____ **Subsídios para uma política do livro didático**; documento de estudo. Rio de Janeiro, ABT/INEP, 1983. mimeo.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Três perspectivas na avaliação dos livros didáticos**. Rio de Janeiro, ABT, 1984. 82p.

_____ O uso do livro didático no processo educacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 1982. p.21.

_____ **A política do livro didático**: síntese e mecanismos - versão preliminar. Brasília, INEP, 1982.

_____ et alii. **A política do livro didático**. Campinas, Summus/UNICAMP, 1984.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e & GUIMARÃES, Sônia D. P. **O livro didático no 1º e no 2º graus**. Rio de Janeiro, ABT, 1984.

OLIVEIRA, P. T. **Livros didáticos de leitura e interesses de escolares em leituras**; contribuição para o ensino da psicologia da leitura. São Paulo, USP, 1972. tese (doutorado)

PACHECO, Décio. **Análise dos exercícios propostos nos livros didáticos de física adotados nas escolas de 2- grau de Campinas.** Campinas, UNICAMP, 1979. tese (mestrado)

_____ **Tarefa de escola:** análise dos exercícios propostos nos livros didáticos. Campinas, Papirus, 1983.132p.

PEREIRA, Carlos. O paraíso dos didáticos. Entrevista com o Presidente da FAE. **Leia**, São Paulo, 7(95) dez. 1986.

PFROMM NETTO, Samuel et alii. **O livro na educação.** Rio de Janeiro, INL/Primor, 1974.

PINTO, Ziraldo Alves. A função educativa do livro didático. **Caderno Pedagógico**, Belo Horizonte, 1:55-60, ago. 1984.

PONDÉ, Glória et alii. O livro didático na área de comunicação e expressão. **Leitura: teoria e prática.** Porto Alegre, 3(4) dez. 1984.

PRETTO, Nelson de Luca. **A ciência nos livros didáticos.** Campinas, UNICAMP/CED, 1985.

O PROFESSOR e o livro didático. **Boletim do Departamento de Didática**, Araraquara, 3(3), 1984. Mesa redonda realizada no dia 3 de outubro de 1983 no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação.

REGO, Maria Filomena. **O aprendizado da ordem:** a ideologia dos textos escolares. Rio de Janeiro, Achiamè, 1981.

_____ A didática do poder: da ideologia nos textos escolares. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, 6(1) jan./mar. 1982.

RIBEIRO, Zoya Dias. **Falas e silêncios no discurso pedagógico dos livros didáticos:** análise dos estereótipos comportamentais masculino e feminino veiculados pelos livros didáticos de comunicação e expressão do 1º grau. Fortaleza, UFC, 1961. tese (mestrado)

ROSEMBERG, Fúlvia. **Análise dos modelos culturais na literatura infanto-juvenil brasileira.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1980.

_____ Discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro (63):131-43, out./dez. 1980.

_____ **La famille dans les livres pour enfants.** Paris, Édition L'École, 1976.

_____ **Literatura infantil e ideologia.** São Paulo, Global, 1984.

_____ A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (17):5-7, jun. 1976.

ROSEMBERG, Lia. O livro didático. **ANDE**, São Paulo, 1(1):36-8,1981.

SANDRONI, Laura Constância. **O nacionalismo na literatura infantil no início do século XX.** Brasil: 1900-1910, Rio de Janeiro (2):107-22, 1980.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. **Análise de cinco cartilhas das mais usadas no município de São Paulo.** São Paulo, DEPLANS, 1981.

SANTOS, Lucíola Lecínio de Castro Paixão. A influência do livro didático na vida familiar do aluno das várias camadas sociais. **Caderno Pedagógico**, Belo Horizonte, 1:27-30, ago. 1984.

SCHEIBE, Leda. O livro didático e as contradições do real. **ANDE**, São Paulo,5(10):20,1986.

SILVA, Teresa Roserly Neubauer da. O livro didático: reflexões sobre critérios de seleção e utilização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (44):98-101, fev. 1983. Palestra proferida no XII Encontro Nacional do Livro Didático, Brasília, dez. 1982.

- SIMPÓSIO sobre o livro didático; memória. São Paulo, FUNBEC, 1983.
- SISTO, F. F. Propostas metodológicas subjacentes às cartilhas para alfabetização de crianças. In: SEMINÁRIO Multidisciplinar de alfabetização. Brasília, INEP, 1983.
- SPERBER, Suzi Frank. Uma concepção da educação e do livro didático dependente do professor consciente e crítico. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, 16(65):20-8, jul./ago. 1985.
- VERDE, Maria Eunice Ferreira Lima. **O livro didático e a formação do leitor**: um estudo dos níveis de leitura requeridos pelos livros de terceira série do 1º grau. São Carlos, UFSCar, 1985. tese (mestrado)
- VIEIRA, Alice. Resenha de como avaliar um livro didático: língua portuguesa, de Francisco Gomes de Matos e Nelly Carvalho. **Leitura: teoria e prática**, Porto Alegre, 3(4) dez. 1984.
- WAGNER, Elísia da Silva. Literatura infantil na sala de aula. **Letras de Hoje**, Porto Alegre (36):56-73, jan. 1979.
- WAISSMANN, Sérgio. **Produção do livro didático**. Brasília, COEPE/FENAME, 1982: Palestra proferida no XII Encontro Nacional do Livro Didático do 1º Grau, 12., Brasília, 13 dez. 1982, mimeo.
- WITTER, Geraldina Porto. Alfabetização: lendo e escrevendo. Cartilha da Amazônia. In: SEMINÁRIO Multidisciplinar de Alfabetização. Brasília, INEP, 1983.
- WITTER, Geraldina Porto. Bases científicas para a produção e avaliação de ilustração de cartilhas. **Boletim de Psicologia**, São Paulo (80):32-9, 1981.
- ZANDONADE, Ilário. **O livro no ensino superior**. Brasília, Faculdades Integradas da Católica de Brasília, 1983. 14p.
- ZILBERMANN, Regina. **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- Literatura infantil e ensino. **Educação e Sociedade**, São Paulo (8): 119-44, 1981.
- A literatura infantil na escola**. 2. ed. São Paulo, Global, 1982.
- O livro didático e o ensino de literatura na escola: **Leitura: teoria e prática**, Porto Alegre, 3(4), dez. 1984.
- O lugar do leitor na produção e recepção da literatura infantil. In: ZILBERMANN, Regina et alii. **Literatura** infanto-juvenil: um gênero polêmico. Petrópolis, Vozes, 1983.
- A produção cultural para a criança**. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- & CADEMARTORI, Lígia. **Literatura infantil**: autoritarismo e emancipação. 2. ed. São Paulo, Ática, 1985.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)